

**XVI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO  
SÍNODO DOS BISPOS**

**Segunda sessão**

**(2 a 27 de outubro de 2024)**

**Para uma Igreja sinodal:  
comunhão, participação, missão**

**Documento final**

**26 de outubro de 2024**



# Resumo

<b>Acrônimos .....</b>	<b>2</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Parte I - O coração da sinodalidade</b>	
<b>Chamado pelo Espírito Santo à conversão.....</b>	<b>7</b>
A Igreja Povo de Deus, Sacramento da Unidade .....	7
As raízes sacramentais do Povo de Deus.....	9
Significado e dimensões da sinodalidade .....	11
Unidade como harmonia.....	12
Espiritualidade sinodal .....	15
Sinodalidade como profecia social.....	16
<b>Parte II - No barco, juntos</b>	
<b>A conversão de relacionamentos .....</b>	<b>17</b>
Novas relações.....	17
Em uma pluralidade de contextos.....	18
Carismas, vocações e ministérios para a missão .....	19
Ministério ordenado a serviço da harmonia .....	23
Juntos pela missão .....	25
<b>Parte III - "Lançar a rede</b>	
<b>Conversão de processos.....</b>	<b>27</b>
Discernimento da Igreja para a missão.....	27
A articulação dos processos de tomada de decisão.....	29
Transparência, responsabilidade, avaliação.....	31
Sinodalidade e órgãos participativos .....	33
<b>Parte IV - Muita pesca</b>	
<b>A conversão de títulos .....</b>	<b>36</b>
Enraizado e peregrino.....	36
Troca de presentes .....	39
Links para a unidade: Conferências Episcopais e Assembléias Eclesiais .....	40
O serviço do bispo de Roma.....	42
<b>Parte V - "Eu também te envio".</b>	
<b>Formação de uma população de discípulos missionários.....</b>	<b>46</b>
<b>Conclusão</b>	
<b>Um banquete para todos os povos.....</b>	<b>50</b>

## Acrônimos

CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Apostolicam actuositatem* (18 de novembro de 1965)  
CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Ad gentes* (7 de dezembro de 1965)  
CCEO *Codex canonum Ecclesiarum Orientalium* (18 de outubro de 1990)  
CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Christus Dominus* (28 de outubro de 1965) CIC  
*Codex iuris canonici* (25 de janeiro de 1983)  
CTICOMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Sinodalidade na vida e missão da Igreja* (2 de março de 2018)  
CV BENTO XVI, Enc Lett. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009)  
DDFRANCESCO, Lett. Ap. *Desiderio desideravi* (29 de junho de 2022)  
DNFRANCESCO, Enc. Lett. *Dilexit nos* (24 de outubro de 2024)  
DTCXVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, *Documento de trabalho para a perna continental* (27 de outubro de 2022)  
DV CONCÍLIO VATICANO II, Const. Dogm. *Dei Verbum* (18 de novembro de 1965) EGFRANCIS, Exhort. Ap. *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013)  
FTFRANCIS, Enc. Lett. *Fratelli tutti* (3 de outubro de 2020)  
CONCÍLIO VATICANO II, Const. Past. *Gaudium et spes* (7 de dezembro de 1965)  
CONCÍLIO VATICANO II, Const. Dogm. *Lumen gentium* (21 de novembro de 1964)  
LSFRANCIS, Lett. Enc. *Laudato si'* (24 de maio de 2015)  
MCS . PAULO VI, Exhort. Ap. *Marialis cultus* (2 de fevereiro de 1974)  
NMIS . JOÃO PAULO II, Ap. Lett. *Novo millennio ineunte* (6 de janeiro de 2001)  
PEFRANCIS, Const. Ap. *Praedicate Evangelium* (19 de março de 2022)  
CONCÍLIO VATICANO II, Const. *Sacrosanctum Concilium* (4 de dezembro de 1963) SRS  
S. João Paulo II, Carta Encíclica. *Sollicitudo rei socialis* (30 de dezembro de 1987) CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis redintegratio* (21 de novembro de 1964) UUS  
S. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Ut unum sint. Ut unum sint* (25 de maio de 1995)

## Introdução

*Jesus chegou, pôs-se no meio deles e lhes disse: "A paz esteja com vocês". Tendo dito isso, mostrou-lhes suas mãos e seu lado. E os discípulos se alegraram quando viram o Senhor (Jo 20:19-20).*

1. Cada novo passo na vida da Igreja é um retorno à fonte, uma experiência renovada do encontro com o Ressuscitado que os discípulos experimentaram no Cenáculo na noite de Páscoa. Como eles, nós também, participando desta Assembleia Sinodal, nos sentimos envolvidos em Sua misericórdia e tocados por Sua beleza. Vivendo uma conversa no Espírito, ouvindo uns aos outros, percebemos Sua presença em nosso meio: a presença Daquele que, ao conceder o Espírito Santo, continua a inspirar em Seu povo uma unidade que é a harmonia das diferenças.

2. Contemplando o Ressuscitado, lembramos que "fomos batizados na Sua morte" (Rm 6:3). Vimos as marcas de Suas feridas, transfiguradas pela nova vida, mas gravadas para sempre em Sua humanidade. Essas feridas continuam a sangrar nos corpos de tantos irmãos e irmãs, também por causa de nossos pecados. Nosso olhar para o Senhor não se desvia dos dramas da história, mas abre nossos olhos para reconhecer o sofrimento que nos cerca e nos penetra: os rostos das crianças aterrorizadas pela guerra, o choro das mães, os sonhos desfeitos de tantos jovens, os refugiados que enfrentam jornadas terríveis, as vítimas das mudanças climáticas e da injustiça social. O sofrimento dessas pessoas ressoou entre nós não apenas por meio da mídia, mas também nas vozes de muitos, pessoalmente envolvidos com suas famílias e povos nesses trágicos eventos. Nos dias em que estivemos reunidos nesta Assembleia, muitas, muitas guerras continuaram a causar morte e destruição, um desejo de vingança e uma perda de consciência. Nós nos unimos aos repetidos apelos do Papa Francisco pela paz, condenando a lógica da violência, do ódio e da vingança e nos comprometendo a promover o diálogo, a fraternidade e a reconciliação. Uma paz autêntica e duradoura é possível e juntos podemos construí-la. "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias das pessoas de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem" (GS 1) foram mais uma vez as alegrias e as tristezas de todos nós, discípulos de Cristo.

3. Desde que o Santo Padre iniciou este Sínodo em 2021, embarcamos em uma jornada cuja riqueza e fecundidade estamos descobrindo cada vez mais. Estivemos ouvindo, atentos para captar nas muitas vozes o que "o Espírito está dizendo às Igrejas" (Ap 2:7). A jornada começou com a ampla consulta ao Povo de Deus em nossas Dioceses e Eparquias. Prosseguiu com etapas nacionais e continentais, na circularidade de um diálogo constantemente relançado pela Secretaria Geral do Sínodo por meio de sínteses e documentos de trabalho. A celebração da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em suas duas sessões, permite-nos agora entregar ao Santo Padre e a todas as Igrejas o testemunho do que vivemos e o fruto do nosso discernimento, para um renovado impulso missionário. A jornada foi marcada, a cada passo, pela sabedoria do "senso de fé" do Povo de Deus. Passo a passo, entendemos que, no coração do *Sínodo 2021-2024*, está o desejo de uma Igreja *Sinodal. Para uma Igreja Sinodal. Comunhão, participação, missão*, há um chamado à alegria e à renovação da Igreja no seguimento do Senhor, no compromisso com o serviço de sua missão, na busca de maneiras de ser fiel a ela.

4. Esse chamado se baseia na identidade batismal comum, está enraizado na diversidade de contextos em que a Igreja está presente e encontra unidade no único Pai, no único Senhor e no único Espírito. Ela desafia todos os batizados, sem exceção: "Todo o povo de Deus é objeto da proclamação do Evangelho. Nele, toda pessoa batizada é chamada a ser protagonista da missão, pois todos somos discípulos missionários" (CTI, nº 53). A jornada sinodal, portanto, nos orienta para uma unidade plena e visível dos cristãos, como os delegados de outras tradições cristãs testemunharam com sua presença. A unidade fermenta silenciosamente dentro da Santa Igreja de Deus: ela é uma profecia de unidade para o mundo inteiro.

5. Toda a jornada sinodal, enraizada na Tradição da Igreja, ocorreu à luz do magistério conciliar. O Concílio Vaticano II foi, de fato, como uma semente lançada no campo do mundo e da Igreja. A vida cotidiana dos fiéis, a experiência das Igrejas em cada povo e cultura, os muitos testemunhos de santidade, a reflexão dos teólogos foram o solo em que germinou e cresceu. O Sínodo 2021-2024 continua a aproveitar a energia dessa semente e a desenvolver seu potencial. De fato, o caminho sinodal está implementando o que o Concílio ensinou sobre a Igreja como Mistério e Povo de Deus, chamada à santidade por meio de uma conversão contínua que vem da escuta do Evangelho. Nesse sentido, ele constitui um verdadeiro ato de recepção posterior do Concílio, prolongando sua inspiração e relançando sua força profética para o mundo de hoje.

6. Não escondemos o fato de que experimentamos o cansaço, a resistência à mudança e a tentação de deixar que nossas ideias prevaleçam sobre a escuta da Palavra de Deus e a prática do discernimento. No entanto, a misericórdia de Deus, o Pai mais terno, permite que, a cada vez, purifiquemos nossos corações e continuemos em nosso caminho. Reconhecemos isso quando começamos a Segunda Sessão com uma Vigília Penitencial, na qual pedimos perdão por nossos pecados, sentimos vergonha e intercedemos pelas vítimas dos males do mundo. Chamamos nossos pecados pelo nome: contra a paz, contra a criação, os povos indígenas, os migrantes, as crianças, as mulheres, os pobres, a escuta, a comunhão. Isso nos fez perceber que a sinodalidade exige arrependimento e conversão. Na celebração do sacramento da misericórdia de Deus, experimentamos ser amados incondicionalmente: a dureza dos corações é superada e nos abrimos para a comunhão. É por isso que queremos ser uma Igreja misericordiosa, capaz de compartilhar com todos o perdão e a reconciliação que vêm de Deus: pura graça da qual não somos donos, mas apenas testemunhas.

7. Da jornada sinodal iniciada em 2021, já vimos os primeiros frutos. Os mais simples, porém mais preciosos, estão fermentando na vida das famílias, das paróquias, das Associações e Movimentos, das pequenas comunidades cristãs, das escolas e das comunidades religiosas, onde está crescendo a prática do diálogo no Espírito, o discernimento comunitário, a partilha dos dons vocacionais e a corresponsabilidade na missão. O encontro de párocos para o Sínodo (Sacrofano [Roma], 28 de abril - 2 de maio de 2024) possibilitou apreciar essas ricas experiências e relançar sua jornada. Somos gratos e felizes pela voz de tantas comunidades e fiéis que vivem a Igreja como um lugar de acolhida, esperança e alegria.

8. A Primeira Sessão da Assembleia produziu outros frutos. O *Relatório Síntese* chamou a atenção para uma série de questões de grande relevância para a vida da Igreja, que o Santo Padre, ao final de uma consulta internacional, confiou a grupos de estudo

composta por pastores e especialistas de todos os continentes, chamados a trabalhar com um método sinodal. As áreas da vida e da missão da Igreja que eles já começaram a explorar são as seguintes

1. Alguns aspectos das relações entre as Igrejas Católicas Orientais e a Igreja Latina.
2. Ouvir o clamor dos pobres.
3. A missão no ambiente digital.
4. A revisão da *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* em uma perspectiva de sínodo missionário.
5. Algumas questões teológicas e canônicas relacionadas a formas ministeriais específicas.
6. A revisão, em uma perspectiva sinodal e missionária, dos documentos que regem as relações entre Bispos, Religiosos e Agregações Eclesiais.
7. Alguns aspectos da figura e do ministério do bispo (em particular: critérios para a seleção de candidatos ao episcopado, função judicial do bispo, natureza e conduta das visitas *ad limina Apostolorum*) em uma perspectiva sinodal missionária.
8. O papel dos Representantes Pontifícios em uma perspectiva sinodal missionária.
9. Critérios teológicos e metodologias sinodais para um discernimento compartilhado de questões doutrinárias, pastorais e éticas controversas.
10. A recepção dos frutos da jornada ecumênica no Povo de Deus.

Além desses Grupos, há a Comissão de Direito Canônico, ativada em acordo com o Dicastério para os Textos Legislativos, a serviço das necessárias inovações na legislação eclesiástica, e o discernimento confiado ao Simpósio das Conferências Episcopais da África e de Madagascar sobre o acompanhamento pastoral das pessoas em casamentos poligâmicos. O trabalho desses Grupos e Comissões iniciou a fase de implementação, enriqueceu o trabalho da Segunda Sessão e ajudará o Santo Padre em suas escolhas pastorais e de governo.

9. O processo sinodal não termina com o fim da atual Assembleia do Sínodo dos Bispos, mas inclui a fase de implementação. Como membros da Assembleia, sentimos que é nossa tarefa nos engajarmos em sua animação como missionários da sinodalidade dentro das comunidades de onde viemos. Pedimos a todas as Igrejas locais que continuem sua jornada diária com uma metodologia sinodal de consulta e discernimento, identificando formas concretas e caminhos de formação para realizar uma conversão sinodal tangível nas várias realidades eclesiais (Paróquias, Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, Agregações de Fiéis, Dioceses, Conferências Episcopais, grupos de Igrejas, etc.). Uma avaliação do progresso feito em termos de sinodalidade e da participação de todos os batizados na vida da Igreja também deve ser considerada. Sugerimos que as Conferências Episcopais e os Sínodos das Igrejas *sui iuris* dediquem pessoas e recursos para acompanhar o caminho de crescimento como uma Igreja sinodal em missão e para manter contato com a Secretaria Geral do Sínodo (cf. EC 19 §§ 1 e 2). Pedimos a ela que continue a zelar pela qualidade sinodal do método de trabalho dos Grupos de Estudo.

10. Oferecido ao Santo Padre e às Igrejas como fruto da XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, este *Documento Final* faz um balanço de todos os passos dados até agora. Ele reúne algumas convergências importantes que surgiram na Primeira Sessão, as contribuições das Igrejas nos meses entre a Primeira e a Segunda Sessões e o que amadureceu, especialmente por meio de conversas no Espírito, durante a Segunda Sessão.

11. O *Documento Final* expressa a consciência de que o chamado à missão é, ao mesmo tempo, o chamado à conversão de cada Igreja particular e de toda a Igreja, na perspectiva indicada na Exortação Apostólica *Evangelii gaudium* (cf. n. 30). O texto é composto de cinco partes. A primeira, intitulada *O Coração da Sinodalidade*, delinea os fundamentos teológicos e espirituais que iluminam e nutrem o que vem a seguir. Ela reafirma o entendimento compartilhado da sinodalidade que surgiu na Primeira Sessão e desenvolve suas perspectivas espirituais e proféticas. A conversão dos sentimentos, imagens e pensamentos que habitam nossos corações prossegue junto com a conversão da ação pastoral e missionária. A segunda parte, intitulada *Juntos, no barco*, é dedicada à conversão dos relacionamentos que constroem a comunidade cristã e moldam a missão no entrelaçamento de vocações, carismas e ministérios. A terceira, "*Lançando a rede*", identifica três práticas que estão intimamente ligadas: discernimento eclesial, processos de tomada de decisão e uma cultura de transparência, responsabilidade e avaliação. Com relação a essas práticas, também nos é pedido que iniciemos caminhos de "transformação missionária", para os quais é urgentemente necessária uma renovação dos órgãos participativos. A quarta parte, sob o título *An Abundant Peach (Um Pêssego Abundante)*, descreve como é possível cultivar de novas formas a troca de dons e o entrelaçamento de laços que nos unem na Igreja, em um momento em que a experiência de estar enraizado em um lugar está mudando profundamente. A isso se segue uma quinta parte, "*Eu também envio você*", que nos permite olhar para o primeiro passo a ser dado: cuidar da formação de todos no Povo de Deus na sinodalidade missionária.

12. O desenvolvimento do *Documento Final* é orientado pelos relatos evangélicos da Ressurreição. A corrida para a tumba no amanhecer da Páscoa, a aparição do Ressuscitado no Cenáculo e na margem do lago inspiraram nosso discernimento e alimentaram nosso diálogo. Invocamos o dom pascal do Espírito Santo, pedindo a Ele que nos ensinasse o que devemos fazer e nos mostrasse o caminho a seguir juntos. Com este documento, a Assembleia reconhece e atesta que a sinodalidade, uma dimensão constitutiva da Igreja, já faz parte da experiência de muitas de nossas comunidades. Ao mesmo tempo, sugere caminhos a serem seguidos, práticas a serem implementadas e horizontes a serem explorados. O Santo Padre, que convocou a Igreja em Sínodo, dirá às Igrejas, confiadas ao cuidado pastoral dos Bispos, como continuar nosso caminho apoiado na esperança que "não decepciona" (Rm 5,5).



## **Parte I - O coração da sinodalidade**

### **Chamado pelo Espírito Santo à conversão**

*No primeiro dia da semana, Maria de Magdala foi ao sepulcro pela manhã, quando ainda estava escuro, e viu que a pedra havia sido removida do sepulcro. Ela correu e foi até Simão Pedro e o outro discípulo, aquele a quem Jesus amava (Jo 20:1-2).*

13. Na manhã de Páscoa, encontramos três discípulos: Maria de Magdala, Simão Pedro, o discípulo que Jesus amava. Cada um deles busca o Senhor à sua maneira; cada um tem seu próprio papel no despertar da esperança. Maria Madalena é movida por um amor que a leva primeiro ao sepulcro. Avisados por ela, Pedro e o Discípulo Amado se dirigem ao sepulcro; o Discípulo Amado corre com a força da juventude, procura com o olhar de quem sente primeiro, mas sabe dar lugar ao mais velho que recebeu a tarefa de guiar; Pedro, abatido por ter negado o Senhor, está aguardando o encontro com a misericórdia da qual será ministro na Igreja. Maria permanece no jardim, ouve ser chamada pelo nome, reconhece o Senhor que a envia para anunciar Sua ressurreição à comunidade dos discípulos. É por isso que a Igreja a reconhece como Apóstola dos Apóstolos. Sua dependência mútua incorpora o coração da sinodalidade.

14. A Igreja existe para testemunhar ao mundo o evento decisivo da história: a ressurreição de Jesus. O Ressuscitado traz paz ao mundo e nos dá o dom de Seu Espírito. O Cristo vivo é a fonte da verdadeira liberdade, o fundamento da esperança que não decepciona, a revelação da verdadeira face de Deus e o destino final do homem. Os Evangelhos nos dizem que, para entrar na fé pascal e tornar-se testemunha dela, é necessário reconhecer o próprio vazio interior, a escuridão do medo, da dúvida e do pecado. Mas aqueles que, na escuridão, têm a coragem de sair e procurar, de fato descobrem que são procurados, chamados pelo nome, perdoados e enviados com seus irmãos e irmãs.

### **A Igreja Povo de Deus, sacramento da unidade**

15. Do Batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo flui a identidade do Povo de Deus. Ele é implementado como um chamado à santidade e um envio em missão para convidar todos os povos a aceitar o dom da salvação (cf. Mt 28,18-19). É, portanto, do Batismo, no qual Cristo nos reveste de si mesmo (cf. Gl 3,27) e nos faz renascer pelo Espírito (cf. Jo 3,5-6) como filhos de Deus, que nasce a Igreja sinodal missionária. Toda a vida cristã tem sua fonte e seu horizonte no mistério da Trindade, que suscita em nós o dinamismo da fé, da esperança e da caridade.

16. "Aproveu a Deus santificar e salvar os homens não separadamente e sem qualquer ligação entre eles, mas quis constituí-los em um Povo que o reconhecesse em verdade e o servisse em santidade" (LG 9). O Povo de Deus, a caminho do Reino, é continuamente alimentado pela Eucaristia, fonte de comunhão e unidade: "Porque há um só pão, e nós, embora muitos, somos um só corpo, pois todos participamos do mesmo pão" (1Cor 10,17). A Igreja, alimentada pelo sacramento do Corpo do Senhor, é constituída como Seu Corpo (cf. LG 7):

"Vós sois o Corpo de Cristo e, cada um segundo a sua parte, os seus membros" (1 Cor 12:27).

Vivificada pela graça, é templo do Espírito Santo (cf. LG 4): é Ele, de fato, que a anima e a constrói, fazendo de todos nós as pedras vivas de um edifício espiritual (cf. 1Pd 2,5; LG 6).

17. O processo sinodal nos fez experimentar o "sabor espiritual" (EG 268) de ser o Povo de Deus, reunido de todas as tribos, línguas, povos e nações, vivendo em diferentes contextos e culturas. Nunca é a mera soma dos batizados, mas o sujeito comunitário e histórico da sinodalidade e da missão, ainda peregrino no tempo e já em comunhão com a Igreja do céu. Nos diferentes contextos em que as Igrejas individuais estão enraizadas, o Povo de Deus proclama e testemunha a Boa Nova da salvação; vivendo no mundo e para o mundo, caminha junto com todos os povos da terra, dialoga com suas religiões e culturas, reconhecendo nelas as sementes do Verbo, avançando em direção ao Reino. Incorporados a esse Povo pela fé e pelo Batismo, somos apoiados e acompanhados pela Virgem Maria, "sinal de esperança segura e de consolação" (LG 68), pelos Apóstolos, por aqueles que deram testemunho de sua fé a ponto de dar a vida, pelos santos de todos os tempos e lugares.

18. No santo Povo de Deus, que é a Igreja, a comunhão dos fiéis (*communio Fidelium*) é ao mesmo tempo a comunhão das Igrejas (*communio Ecclesiarum*), que se manifesta na comunhão dos Bispos (*communio Episcoporum*), em razão do antiquíssimo princípio de que "a Igreja está no Bispo e o Bispo está na Igreja" (São Cipriano, *Epístola* 66, 8). Ao serviço desta comunhão multiforme, o Senhor colocou o apóstolo Pedro (cf. Mt 16, 18) e os seus sucessores. Em virtude do ministério petrino, o Bispo de Roma é "o princípio e o fundamento perpétuo e visível" (LG 23) da unidade da Igreja.

19. "No coração de Deus há um lugar preferencial para os pobres" (EG 197), os marginalizados e excluídos, e, portanto, também no da Igreja. Neles a comunidade cristã encontra o rosto e a carne de Cristo, que, de rico que era, se fez pobre por nós, para que nos tornássemos ricos por sua pobreza (cf. 2Cor 8,9). A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica. Os pobres têm um conhecimento direto do Cristo sofredor (cf. EG 198) que os torna anunciadores de uma salvação recebida como um dom e testemunhas da alegria do Evangelho. A Igreja é chamada a ser pobre com os pobres, que muitas vezes são a maioria dos fiéis, e a escutá-los, aprendendo juntos a reconhecer os carismas que recebem do Espírito e a considerá-los sujeitos da evangelização.

20. "A luz dos gentios é Cristo" (LG 1) e essa luz brilha no rosto da Igreja, embora marcada pela fragilidade da condição humana e pela opacidade do pecado. Ela recebe de Cristo o dom e a responsabilidade de ser o fermento eficaz dos vínculos, das relações e da fraternidade da família humana (cf. AG 2-4), testemunhando no mundo o sentido e a meta de seu caminho (cf. GS 3 e 42). Ele assume essa responsabilidade hoje em um tempo dominado pela crise da participação - ou seja, de se sentir parte e ator em um destino comum - e por uma concepção individualista de felicidade e salvação. Sua vocação e seu serviço profético (cf. LG 12) consistem em dar testemunho do plano de Deus de unir a si toda a humanidade na liberdade e na comunhão. A Igreja, que é "o Reino de Cristo já misteriosamente presente" (LG 3) e "constitui na terra a semente e o princípio desse Reino" (LG 5), caminha, portanto, junto com toda a humanidade, comprometendo-se com todas as suas forças com a dignidade humana, o bem comum, a justiça e a paz, e "anseia pelo Reino perfeito" (LG 5), quando Deus será "tudo em todos" (1Cor 15,28).

## As raízes sacramentais do Povo de Deus

21. A jornada sinodal da Igreja nos levou a redescobrir que a variedade de vocações, carismas e ministérios tem uma raiz: "todos nós fomos batizados por um só Espírito em um só corpo" (1Co 12:13). O batismo é o fundamento da vida cristã porque introduz todos no maior dom: ser filhos de Deus, ou seja, participantes da relação de Jesus com o Pai no Espírito. Não há nada mais elevado do que essa dignidade, igualmente dada a cada pessoa, que nos faz revestir-nos de Cristo e sermos enxertados Nele como ramos na videira. No nome "cristão" que temos a honra de carregar está contida a graça que fundamenta nossa vida e nos faz caminhar juntos como irmãos e irmãs.

22. Em virtude do Batismo, "o povo santo de Deus participa também da função profética de Cristo, dando-lhe testemunho vivo, sobretudo por uma vida de fé e de caridade" (LG 12). Graças à unção do Espírito Santo recebida no Batismo (cf. 1Jo 2,20.27), todos os crentes possuem um instinto para a verdade do Evangelho, chamado *sensus fidei*. Consiste em uma certa conaturalidade com as realidades divinas, baseada no fato de que, no Espírito Santo, os batizados "são feitos participantes da natureza divina" (DV 2). Dessa participação deriva a aptidão para captar intuitivamente o que está em conformidade com a verdade da Revelação na comunhão da Igreja. É por isso que a Igreja está certa de que o santo Povo de Deus não pode errar na fé quando a totalidade dos batizados expressa sua concordância universal em matéria de fé e de moral (cf. LG 12). O exercício do *sensus fidei* não deve ser confundido com a opinião pública. Está sempre unido ao discernimento dos Pastores nos diversos níveis da vida eclesial, como mostra a articulação das fases do processo sinodal. Seu objetivo é alcançar aquele consenso dos fiéis (*consensus fidelium*) que constitui "um critério seguro para determinar se uma determinada doutrina ou prática pertence à fé apostólica" (Comissão Teológica Internacional, *The sensus fidei in the life of the Church*, 2014, n. 3).

23. Por meio do batismo, todos os cristãos participam do *sensus fidei*. Portanto, ele não é apenas o princípio da sinodalidade, mas também o fundamento do ecumenismo. "O caminho da sinodalidade, no qual a Igreja Católica se encontra, é e deve ser ecumênico, assim como o caminho ecumênico é sinodal" (Papa Francisco, *Discurso a Sua Santidade Mar Awa III*, 19 de novembro de 2022). O ecumenismo é, antes de tudo, uma questão de renovação espiritual. Ele exige processos de arrependimento e cura da memória das feridas do passado, até a coragem da correção fraterna em um espírito de caridade evangélica. A Assembleia ressoou com testemunhos esclarecedores de cristãos de diferentes tradições eclesiais que compartilham amizade, oração, compartilhamento de vida e compromisso com o serviço aos pobres e com o cuidado da casa comum. Em não poucas regiões do mundo, existe, acima de tudo, o ecumenismo do sangue: cristãos de diferentes filiações que, juntos, dão suas vidas pela fé em Jesus Cristo. O testemunho de seu martírio é mais eloquente do que qualquer palavra: a unidade vem da Cruz do Senhor.

24. Não é possível compreender plenamente o Batismo se não for dentro da Iniciação Cristã, ou seja, o itinerário pelo qual o Senhor, através do ministério da Igreja e do dom do Espírito, nos introduz na fé pascal e nos insere na comunhão trinitária e eclesial. Esse itinerário conhece uma variedade significativa de formas, dependendo da idade em que é empreendido, das diferentes ênfases próprias das tradições orientais e ocidentais e das especificidades de cada Igreja local. A iniciação coloca a pessoa em contato com uma grande variedade de vocações e ministérios eclesiais. Neles se expressa a face

misericordiosa de uma Igreja que ensina seus filhos a caminhar como ela caminha com eles. Ela os ouve e, ao mesmo tempo em que responde a suas dúvidas e perguntas, é enriquecida pela novidade que cada pessoa traz com sua história e cultura. Na prática dessa ação pastoral, a comunidade cristã experimenta, muitas vezes sem estar plenamente consciente disso, a primeira forma de sinodalidade.

25. Dentro do itinerário da Iniciação Cristã, o sacramento da Confirmação enriquece a vida dos fiéis com uma particular efusão do Espírito em vista do testemunho. O Espírito do qual Jesus foi cheio (cf. Lc 4,1), que o ungiu e o enviou para anunciar o Evangelho (cf. Lc 4,18) é o mesmo Espírito que é derramado sobre os fiéis como selo de pertença a Deus e como unção que santifica. É por isso que a Confirmação, que torna a graça de Pentecostes presente na vida da pessoa batizada e da comunidade, é um dom de grande valor para renovar o prodígio de uma Igreja movida pelo fogo da missão, que tem a coragem de sair pelos caminhos do mundo e a capacidade de se fazer entender por todos os povos e todas as culturas. Todos os fiéis são chamados a contribuir para esse impulso, acolhendo os carismas que o Espírito distribui abundantemente a cada um e comprometendo-se a colocá-los a serviço do Reino com humildade e iniciativa criativa.

26. A celebração da Eucaristia, especialmente no domingo, é a primeira e fundamental maneira pela qual o Santo Povo de Deus se reúne e se encontra. Na celebração da Eucaristia "a unidade da Igreja é ao mesmo tempo significada e produzida" (UR 2). Na "participação plena, consciente e ativa" (SC 14) de todos os fiéis, na presença dos diversos ministérios e na presidência do Bispo ou do Presbítero, torna-se visível a comunidade cristã, na qual se realiza uma corresponsabilidade diferenciada de todos pela missão. É por isso que a Igreja, Corpo de Cristo, aprende com a Eucaristia a articular unidade e pluralidade: unidade da Igreja e multiplicidade de assembleias eucarísticas; unidade do mistério sacramental e variedade de tradições litúrgicas; unidade da celebração e diversidade de vocações, carismas e ministérios. Nada mostra mais do que a Eucaristia que a harmonia criada pelo Espírito não é uniformidade e que todo dom eclesial é destinado à edificação comum. Toda celebração da Eucaristia é também uma expressão do desejo e do apelo à unidade de todos os batizados que ainda não é plena e visível. Onde a celebração dominical da Eucaristia não é possível, a comunidade, embora a deseje, se reúne em torno da celebração da Palavra, onde Cristo ainda está presente.

27. Há um vínculo estreito entre *synaxis* e *synodos*, entre a assembleia eucarística e a assembleia sinodal. Embora em formas diferentes, em ambas a promessa de Jesus de estar presente onde dois ou três estiverem reunidos em Seu nome é cumprida (cf. Mt 18:20). As assembleias sinodais são eventos que celebram a união de Cristo com Sua Igreja por meio da ação do Espírito. É Ele quem garante a unidade do Corpo eclesial de Cristo na assembleia eucarística e na assembleia sinodal. A liturgia é uma escuta da Palavra de Deus e uma resposta à Sua iniciativa de aliança. A assembleia sinodal também é uma escuta da mesma Palavra, que ressoa tanto nos sinais dos tempos quanto no coração dos fiéis, e uma resposta da assembleia discernindo a vontade de Deus para colocá-la em prática. Aprofundar o vínculo entre liturgia e sinodalidade ajudará todas as comunidades cristãs, na pluriformidade de suas culturas e tradições, a adotar estilos de celebração que manifestem o rosto de uma Igreja sinodal. Para esse fim, pedimos a criação de um Grupo de Estudos específico, ao qual também confiamos a reflexão sobre como tornar as celebrações litúrgicas mais expressivas da sinodalidade; ele também poderia tratar da pregação dentro da Igreja sinodal.

de celebrações litúrgicas e o desenvolvimento de uma catequese sobre sinodalidade em um tom mistagógico.

## **Significado e dimensões da sinodalidade**

28. Os termos "sinodalidade" e "sinodal" derivam da antiga e constante prática eclesial de se reunir em sínodo. Nas tradições das Igrejas Oriental e Ocidental, a palavra "sínodo" refere-se a instituições e eventos que assumiram diferentes formas ao longo do tempo, envolvendo uma pluralidade de assuntos. Em sua variedade, todas essas formas estão unidas pelo fato de se reunirem para dialogar, discernir e decidir. Graças à experiência dos últimos anos, o significado desses termos foi melhor compreendido e mais experimentado. Eles têm sido cada vez mais associados ao desejo de uma Igreja mais próxima das pessoas e mais relacional, que seja o lar e a família de Deus. No decorrer do processo sinodal, amadureceu uma convergência sobre o significado de sinodalidade que fundamenta este Documento: sinodalidade é a caminhada conjunta dos cristãos com Cristo e em direção ao Reino de Deus, em união com toda a humanidade; orientada para a missão, implica reunir-se em assembleia nos diferentes níveis da vida eclesial, ouvir uns aos outros, dialogar, discernir em comunidade, formar consenso como expressão da presença de Cristo no Espírito e tomar uma decisão em corresponsabilidade diferenciada. Nessa linha, entendemos melhor o que significa o fato de a sinodalidade ser uma dimensão constitutiva da Igreja (cf. CTI, nº 1). Em termos simples e sintéticos, pode-se dizer que a sinodalidade é um caminho de renovação espiritual e de reforma estrutural para tornar a Igreja mais participativa e missionária, ou seja, para torná-la mais capaz de caminhar com cada homem e mulher irradiando a luz de Cristo.

29. Na Virgem Maria, Mãe de Cristo, da Igreja e da humanidade, vemos os traços de uma Igreja sinodal, missionária e misericordiosa brilhando em plena luz. Ela é, de fato, a figura da Igreja que escuta, reza, medita, dialoga, acompanha, discerne, decide e age. Dela aprendemos a arte de escutar, a atenção à vontade de Deus, a obediência à Sua Palavra, a capacidade de captar as necessidades dos pobres, a coragem de partir, o amor que ajuda, o canto de louvor e a exultação no Espírito. É por isso que, como afirmou São Paulo VI, "a ação da Igreja no mundo é como uma extensão da solicitude de Maria" (MC 28).

30. Mais detalhadamente, a sinodalidade designa três aspectos distintos da vida da Igreja:

- a) Em primeiro lugar, refere-se ao "estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja, expressando sua natureza como o caminhar junto e a reunião como uma assembleia do Povo de Deus convocada pelo Senhor Jesus no poder do Espírito Santo para proclamar o Evangelho. Ela deve se expressar na maneira comum de viver e trabalhar da Igreja. Esse *modus vivendi et operandi* se realiza através da escuta comunitária da Palavra e da celebração da Eucaristia, da fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e participação de todo o Povo de Deus, em seus vários níveis e na distinção de seus diferentes ministérios e funções, em sua vida e missão" (CTI, n. 70a);
- b) em segundo lugar, "sinodalidade designa, então, em um sentido mais específico e determinado do ponto de vista teológico e canônico, aquelas *estruturas e processos eclesiais* nos quais a natureza sinodal da Igreja se expressa em nível institucional, de modo semelhante, nos vários níveis de sua realização: local, regional, universal. Tais estruturas e processos são

a serviço do discernimento autorizado da Igreja, chamado a identificar a direção a seguir na escuta do Espírito Santo" (CTI, no. 70b);

- c) Em terceiro lugar, a sinodalidade designa "a ocorrência oportuna dos *eventos sinodais* nos quais a Igreja é convocada pela autoridade competente e de acordo com procedimentos específicos determinados pela disciplina eclesiástica, envolvendo de diferentes maneiras, em nível local, regional e universal todo o Povo de Deus sob a presidência dos Bispos em comunhão colegial e hierárquica com o Bispo de Roma, para o discernimento de seu caminho e de questões particulares, e para a tomada de decisões e orientações a fim de cumprir sua missão evangelizadora" (CTI, no. 70c).

31. No contexto da eclesiologia conciliar do Povo de Deus, o conceito de comunhão expressa a substância profunda do mistério e da missão da Igreja, que tem na celebração da Eucaristia sua fonte e seu ponto culminante, ou seja, a união com Deus Trindade e a unidade entre as pessoas humanas que se realiza em Cristo por meio do Espírito Santo. Nesse contexto, a sinodalidade "indica o modo específico de viver e trabalhar da Igreja, o Povo de Deus, que manifesta e realiza concretamente o seu ser comunhão no 'caminhar juntos', na reunião em assembleia e na participação ativa de todos os seus membros em sua missão evangelizadora" (CTI, n. 6).

32. A sinodalidade não é um fim em si mesma, mas visa à missão que Cristo confiou à Igreja no Espírito. Evangelizar é "a missão essencial da Igreja [...] é a graça e a vocação próprias da Igreja, sua identidade profunda" (EN 14). Ao estarem próximas de todos, sem diferença de pessoas, pregando e ensinando, batizando, celebrando a Eucaristia e o Sacramento da Reconciliação, todas as Igrejas locais e toda a Igreja respondem concretamente ao mandamento do Senhor de proclamar o Evangelho a todas as nações (cf. Mt 28,19-20; Mc 16,15-16). Ao valorizar todos os carismas e ministérios, a sinodalidade permite que o Povo de Deus proclame e dê testemunho do Evangelho a mulheres e homens de todos os lugares e tempos, tornando-se um "sacramento visível" (LG 9) da fraternidade e da unidade em Cristo desejadas por Deus. A sinodalidade e a missão estão intimamente ligadas: a missão ilumina a sinodalidade e a sinodalidade leva à missão.

33. A autoridade dos pastores "é um dom específico do Espírito de Cristo Cabeça para a edificação de todo o Corpo" (CTI, n. 67). Esse dom está ligado ao sacramento da Ordem, que configura aqueles que o recebem a Cristo Cabeça, Pastor e Servo e os coloca a serviço do Santo Povo de Deus para salvaguardar a apostolicidade do anúncio e promover a comunhão eclesial em todos os níveis. A sinodalidade oferece "o quadro interpretativo mais adequado para compreender o próprio ministério hierárquico" (Francisco, *Discurso para a comemoração do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 de outubro de 2015) e coloca na perspectiva correta o mandato que Cristo confia, no Espírito Santo, aos Pastores. Portanto, convida toda a Igreja, incluindo aqueles que exercem autoridade, à conversão e à reforma.

## **Unidade como harmonia**

34. "A criatura humana, sendo de natureza espiritual, é realizada em relacionamentos interpessoais. Quanto mais ele as vive autenticamente, mais sua identidade pessoal amadurece. Não é se isolando que o homem se valoriza, mas se colocando em relação com os

outros e com Deus. A importância de tais relacionamentos, portanto, torna-se fundamental" (CV 53). Uma Igreja Sinodal



é caracterizada como um espaço onde os relacionamentos podem florescer, graças ao amor mútuo que constitui o novo mandamento deixado por Jesus a seus discípulos (cf. Jo 13,34-35). Em culturas e sociedades cada vez mais individualistas, a Igreja, "um povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (LG 4), pode dar testemunho do poder dos relacionamentos fundados na Trindade. As diferenças de vocação, idade, sexo, profissão, condição e afiliação social, presentes em toda comunidade cristã, oferecem a cada pessoa o encontro com a alteridade que é indispensável para o amadurecimento pessoal.

35. Em primeiro lugar, é dentro da família, que, com o Conselho, poderia ser chamada de "Igreja doméstica" (LG 11), que experimenta a riqueza dos relacionamentos entre pessoas unidas em sua diversidade de caráter, idade e função. É por isso que as famílias são um lugar privilegiado para aprender e experimentar as práticas essenciais de uma Igreja sinodal. Apesar das fraturas e do sofrimento que as famílias experimentam, elas continuam sendo lugares onde aprendemos a trocar o dom do amor, da confiança, do perdão, da reconciliação e da compreensão. É na família que aprendemos que temos a mesma dignidade, que fomos criados para a reciprocidade, que precisamos ser ouvidos e somos capazes de ouvir, de discernir e decidir juntos, de aceitar e exercer a autoridade animada pela caridade, de ser corresponsáveis e de prestar contas de nossas ações. A família humaniza as pessoas por meio da relação do "nós" e, ao mesmo tempo, promove as legítimas diferenças de cada pessoa" (Francisco, *Discurso aos participantes da Plenária da Pontifícia Academia de Ciências Sociais*, 29 de abril de 2022).

36. O processo sinodal mostrou que o Espírito Santo desperta constantemente uma grande variedade de carismas e ministérios no povo de Deus. "Também na edificação do Corpo de Cristo há uma variedade de membros e funções. Um só é o Espírito que distribui seus diversos dons em benefício da Igreja, segundo sua riqueza e as necessidades dos ministérios (cf. 1Cor 12,11)" (LG 7). Da mesma forma, surgiu a aspiração de ampliar as possibilidades de participação e de exercício da corresponsabilidade diferenciada de todos os batizados, homens e mulheres. A esse respeito, porém, expressou-se tristeza pela falta de participação de tantos membros do Povo de Deus nesse caminho de renovação eclesial e pelo cansaço generalizado em experimentar plenamente uma sadia relacionalidade entre homens e mulheres, entre gerações e entre pessoas e grupos de diferentes identidades culturais e condições sociais, especialmente os pobres e excluídos.

37. Além disso, o processo sinodal destacou o patrimônio espiritual das Igrejas locais, nas quais e a partir das quais a Igreja Católica existe, e a necessidade de articular suas experiências. Em virtude da catolicidade, "as partes individuais oferecem seus dons às outras e à Igreja inteira, de modo que o todo e as partes individuais possam se beneficiar da comunicação mútua de todos e do esforço na unidade em direção à plenitude" (LG 13). O ministério do Sucessor de Pedro "garante a diversidade legítima e, ao mesmo tempo, assegura que o particular não só não prejudique a unidade, mas também a sirva" (*ibid.*; cf. AG 22).

38. A Igreja inteira sempre foi uma pluralidade de povos e idiomas, de Igrejas com seus ritos, disciplinas e heranças teológicas e espirituais particulares, de vocações, carismas e ministérios a serviço do bem comum. A unidade dessa variedade é realizada por Cristo, a pedra angular, e pelo Espírito, o mestre da harmonia. Essa unidade na diversidade é designada precisamente pela catolicidade da Igreja. Um sinal disso é a pluralidade de Igrejas *sui iuris*,

das quais o processo sinodal

destacou a riqueza. A Assembleia pede a continuação do caminho do encontro, da compreensão mútua e da troca de dons que alimentam a comunhão de uma Igreja de Igrejas.

39. A renovação sinodal promove a valorização dos contextos como um lugar onde o chamado universal de Deus para fazer parte de Seu povo, daquele Reino de Deus que é "justiça, paz e alegria no Espírito Santo" (Rm 14:17), se faz presente e se realiza. Dessa forma, as diferentes culturas são capazes de compreender a unidade que está por trás de sua pluralidade e as abre para a perspectiva de uma troca de dons. "A unidade da Igreja não é a uniformidade, mas a integração orgânica das legítimas diversidades" (NMI 46). A variedade de expressões da mensagem salvífica evita reduzi-la a uma única compreensão da vida da Igreja e das formas teológicas, litúrgicas, pastorais e disciplinares nas quais ela se expressa.

40. A valorização dos contextos, culturas e diversidades, e das relações entre eles, é uma chave para crescer como Igreja sinodal missionária e caminhar, sob o impulso do Espírito Santo, em direção à unidade visível dos cristãos. Reafirmamos o compromisso da Igreja Católica de continuar e intensificar o caminho ecumênico com outros cristãos, em virtude do nosso Batismo comum e em resposta ao chamado para viver juntos a comunhão e a unidade entre os discípulos, pelas quais Cristo rezou na Última Ceia (cf. Jo 17,20-26). A Assembleia saúda com alegria e gratidão o progresso das relações ecumênicas nos últimos sessenta anos, os documentos de diálogo e as declarações que expressam a fé comum. A participação dos Delegados Fraternos enriqueceu os trabalhos da Assembleia, e aguardamos com expectativa os próximos passos no caminho rumo à plena comunhão por meio da incorporação dos frutos da jornada ecumênica nas práticas eclesiais.

41. Em todos os lugares do mundo, os cristãos vivem lado a lado com pessoas que não são batizadas e servem a Deus praticando uma religião diferente. Por elas rezamos solenemente na liturgia da Sexta-feira Santa, com elas colaboramos e nos esforçamos para construir um mundo melhor e, junto com elas, imploramos ao único Deus que livre o mundo dos males que o afligem. O diálogo, o encontro e a troca de dons típicos de uma Igreja sinodal são chamados a estar abertos às relações com outras tradições religiosas, com o objetivo de "estabelecer amizade, paz, harmonia e compartilhar valores e experiências morais e espirituais em um espírito de verdade e amor" (Conferência dos Bispos Católicos da Índia, *Resposta da Igreja na Índia aos desafios atuais*, 9 de março de 2016, citado em FT 271). Em algumas regiões, os cristãos que se engajam na construção de relações fraternas com pessoas de outras religiões sofrem perseguição. A Assembleia os incentiva a perseverar em seus esforços com esperança.

42. A pluralidade de religiões e culturas, a multiformidade de tradições espirituais e teológicas, a variedade de dons e tarefas do Espírito na comunidade, bem como a diversidade de idade, gênero e afiliações sociais dentro da Igreja são um convite para que cada um reconheça e assuma sua própria parcialidade, renunciando à pretensão de estar no centro e abrindo-se para acolher outras perspectivas. Cada um é portador de uma contribuição peculiar e indispensável para completar a obra comum. A Igreja sinodal pode ser descrita recorrendo à imagem da orquestra: a variedade de instrumentos é necessária para dar vida à beleza e à harmonia da música, dentro da qual a voz de cada um mantém suas próprias características distintivas a serviço da missão comum. Assim se manifesta a harmonia que o Espírito opera

na Igreja, aquele que é a harmonia em pessoa (cf. São Basílio, *Sobre o Salmo 29.1; Sobre o Espírito Santo* XVI, 38).

### **Espiritualidade sinodal**

43. A sinodalidade é, antes de tudo, uma disposição espiritual que permeia a vida cotidiana dos batizados e todos os aspectos da missão da Igreja. Uma espiritualidade sinodal brota da ação do Espírito Santo e requer a escuta da Palavra de Deus, a contemplação, o silêncio e a conversão do coração. Como o Papa Francisco afirmou no Discurso de Abertura desta Segunda Sessão, "o Espírito Santo é um guia seguro, e nossa primeira tarefa é aprender a discernir Sua voz, porque Ele fala em tudo e em todas as coisas". Uma espiritualidade sinodal também exige ascetismo, humildade, paciência e prontidão para perdoar e ser perdoado. Ela acolhe com gratidão e humildade a variedade de dons e tarefas distribuídos pelo Espírito Santo para o serviço do único Senhor (cf. 1 Cor 12:4-5). Faz isso sem ambição ou inveja, nem desejo de dominação ou controle, cultivando os mesmos sentimentos de Cristo Jesus, que "esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo" (Fp 2:7). Reconhecemos o fruto quando a vida cotidiana da Igreja é marcada pela unidade e harmonia na pluriformidade. Ninguém pode prosseguir sozinho em um caminho de espiritualidade autêntica. Precisamos de acompanhamento e apoio, incluindo formação e direção espiritual, como indivíduos e como comunidade.

44. A renovação da comunidade cristã só é possível com o reconhecimento da primazia da graça. Se não houver profundidade espiritual pessoal e comunitária, a sinodalidade será reduzida a um expediente organizacional. Somos chamados não apenas a traduzir os frutos da experiência espiritual pessoal em processos comunitários, mas, mais profundamente, a experimentar como a prática do novo mandamento do amor mútuo é um lugar e uma forma de encontro com Deus. Nesse sentido, a perspectiva sinodal, ao mesmo tempo em que se baseia no rico patrimônio espiritual da Tradição, contribui para renovar suas formas: uma oração aberta à participação, um discernimento vivido em conjunto, uma energia missionária nascida do compartilhamento e irradiada como serviço.

45. A Conversação no Espírito é uma ferramenta que, mesmo com suas limitações, é frutífera ao permitir a escuta e o discernimento "do que o Espírito diz às Igrejas" (Ap 2:7). Sua prática tem provocado alegria, espanto e gratidão e tem sido experimentada como um caminho de renovação que transforma indivíduos, grupos e a Igreja. A palavra "conversação" expressa algo mais do que um simples diálogo: ela entrelaça harmoniosamente pensamento e sentimento e gera um mundo de vida compartilhado. É por isso que se pode dizer que a conversão está em jogo na conversação. É um dado antropológico encontrado em diferentes povos e culturas, unidos pela prática de se reunirem em solidariedade para discutir e decidir sobre questões vitais para a comunidade. A graça realiza essa experiência humana: conversar "no Espírito" significa viver a experiência de compartilhar a luz da fé e buscar a vontade de Deus, em uma atmosfera evangélica na qual o Espírito Santo pode fazer ouvir sua voz inconfundível.

46. Em todos os estágios do processo sinodal, ressoou a necessidade de cura, reconciliação e reconstrução da confiança dentro da Igreja, especialmente após muitos escândalos de abuso, e dentro da sociedade. A Igreja é chamada a colocar no centro de sua

vida e ação o fato de que em Cristo, por meio do batismo, nos é confiado

uns aos outros. O reconhecimento dessa profunda realidade torna-se um dever sagrado que nos permite reconhecer os erros e reconstruir a confiança. Percorrer esse caminho é um ato de justiça e um compromisso missionário do Povo de Deus em nosso mundo e um dom que devemos invocar do alto. O desejo de continuar trilhando esse caminho é o fruto da renovação sinodal.

### **Sinodalidade como profecia social**

47. Praticado com humildade, o estilo sinodal pode fazer da Igreja uma voz profética no mundo de hoje. "A Igreja sinodal é como um estandarte erguido entre as nações (cf. Is 11,12)" (Francisco, *Discurso em comemoração ao 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 de outubro de 2015). Vivemos em uma época marcada pelo aumento das desigualdades, pela crescente desilusão com os modelos tradicionais de governança, pelo desencanto com o funcionamento da democracia, pelas crescentes tendências autocráticas e ditatoriais, pelo domínio do modelo de mercado sem levar em conta a vulnerabilidade das pessoas e da criação, e pela tentação de resolver conflitos por meio da força em vez do diálogo. As práticas autênticas de sinodalidade permitem que os cristãos desenvolvam uma cultura capaz de profecia crítica em relação ao pensamento dominante e, portanto, oferecem uma contribuição distinta para a busca de respostas a muitos dos desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas e para a construção do bem comum.

48. O modo sinodal de viver os relacionamentos é um testemunho social que responde à necessidade humana de ser acolhido e de se sentir reconhecido em uma comunidade concreta. É um desafio ao crescente isolamento das pessoas e ao individualismo cultural, que até mesmo a Igreja absorveu com frequência, e nos chama para o cuidado mútuo, a interdependência e a corresponsabilidade pelo bem comum. Da mesma forma, desafia um comunitarismo social exagerado que sufoca as pessoas e não permite que elas sejam sujeitos de seu próprio desenvolvimento. A disposição de ouvir a todos, especialmente os pobres, contrasta fortemente com um mundo no qual a concentração de poder exclui os pobres, os marginalizados, as minorias e a terra, nossa casa comum. A sinodalidade e a ecologia integral assumem a perspectiva dos relacionamentos e insistem na necessidade de cuidar dos vínculos: é por isso que elas se correspondem e se complementam na maneira de viver a missão da Igreja no mundo contemporâneo.

## Parte II - No barco, juntos

### A conversão de relacionamentos

*Estavam juntos Simão Pedro, Tomé, chamado Dídimo, Natanael, de Caná da Galileia, os filhos de Zebedeu e outros dois discípulos. Simão Pedro lhes disse: "Estou indo pescar. Eles lhe disseram: "Nós também vamos com você" (Jo 21:2-3).*

49. Foi no Lago Tiberíades que tudo começou. Pedro, André, Tiago e João haviam deixado o barco e as redes para ir atrás de Jesus. Depois da Páscoa, eles partiram novamente daquele lago. Durante a noite, um diálogo ressoa na margem: "Estou indo pescar". "Nós também vamos com você". A jornada sinodal também começou assim: ouvimos o convite do Sucessor de Pedro e o aceitamos; partimos com ele e atrás dele. Juntos, oramos, refletimos, lutamos e dialogamos. Mas, acima de tudo, experimentamos que são os relacionamentos que sustentam a vitalidade da Igreja, animando suas estruturas. Uma Igreja sinodal missionária precisa renovar ambos.

#### Novas relações

50. Durante toda a jornada do Sínodo e em todas as latitudes, surgiu o apelo por uma Igreja mais capaz de nutrir relacionamentos: com o Senhor, entre homens e mulheres, nas famílias, nas comunidades, entre todos os cristãos, entre grupos sociais, entre religiões, com a criação. Muitos expressaram surpresa por terem sido convidados e alegria por poderem fazer com que suas vozes fossem ouvidas na comunidade; também não faltaram aqueles que compartilharam o sofrimento de se sentirem excluídos ou julgados também por causa de sua situação conjugal, identidade e sexualidade. O desejo de relacionamentos mais autênticos e significativos não expressa apenas a aspiração de pertencer a um grupo coeso, mas corresponde a uma profunda consciência de fé: a qualidade evangélica dos relacionamentos comunitários é decisiva para o testemunho que o Povo de Deus é chamado a dar na história. "Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros" (Jo 13,35). Os relacionamentos renovados pela graça e a hospitalidade oferecida aos últimos, de acordo com o ensinamento de Jesus, são o sinal mais eloquente da ação do Espírito Santo na comunidade de discípulos. Portanto, ser uma Igreja sinodal requer uma verdadeira conversão relacional. Devemos aprender novamente com o Evangelho que cuidar dos relacionamentos não é uma estratégia ou uma ferramenta para maior eficácia organizacional, mas é a maneira como Deus, o Pai, se revelou em Jesus e no Espírito. Quando nossos relacionamentos, mesmo em sua fragilidade, permitem que a graça de Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito brilhem, confessamos com nossas vidas nossa fé em Deus, a Trindade.

51. É para os Evangelhos que devemos olhar para mapear a conversão exigida de nós, aprendendo a tornar nossas atitudes de Jesus. Os Evangelhos "apresentam-no como se estivesse constantemente ouvindo as pessoas que se aproximam dele ao longo das estradas da Terra Santa" (DTC 11). Sejam homens ou mulheres, judeus ou pagãos, doutores da lei ou publicanos, justos ou pecadores, mendigos, cegos, leprosos ou doentes, Jesus não mandava ninguém embora sem parar para ouvir e sem entrar em diálogo. Ele revelou a face do Pai,

indo ao encontro de cada pessoa onde se encontrava sua história e sua liberdade.



Ao ouvir as necessidades e a fé das pessoas que ele encontrava, fluíam palavras e gestos que renovavam suas vidas, abrindo caminho para relacionamentos restaurados. Jesus é o Messias que "faz os surdos ouvirem e os mudos falarem" (Mc 7:37). Ele pede que nós, Seus discípulos, nos comportemos da mesma maneira e nos dá, com a graça do Espírito Santo, a capacidade de fazer isso, modelando nosso coração no Dele: somente "o coração torna possível qualquer vínculo autêntico, porque um relacionamento que não é construído com o coração é incapaz de superar a fragmentação do individualismo" (DN 17). Quando ouvimos nossos irmãos e irmãs, participamos da atitude com a qual Deus, em Jesus Cristo, vem ao encontro de cada um.

52. A necessidade de conversão nos relacionamentos diz respeito, inequivocamente, àqueles entre homens e mulheres. O dinamismo relacional está inscrito em nossa condição de criaturas. A diferença sexual constitui a base da relacionalidade humana. "Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gênesis 1:27). No plano de Deus, essa diferença original não implica em desigualdade entre homem e mulher. Na nova criação, ela é reinterpretada à luz da dignidade do batismo: "todos os que foram batizados em Cristo revestiram-se de Cristo. Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3:27-28). Como cristãos, somos chamados a acolher e respeitar, nas diferentes formas e contextos em que se expressa, essa diferença que é dom de Deus e fonte de vida. Damos testemunho do Evangelho quando tentamos viver relacionamentos que respeitem a igual dignidade e reciprocidade entre homens e mulheres. As expressões recorrentes de dor e sofrimento por parte de mulheres de todas as regiões e continentes, tanto leigas quanto consagradas, durante o processo sinodal, revelam a frequência com que deixamos de fazer isso.

### **Em uma pluralidade de contextos**

53. O chamado para a renovação dos relacionamentos no Senhor Jesus ressoa na pluralidade de contextos em que Seus discípulos vivem e realizam a missão da Igreja. Cada um desses contextos tem riquezas peculiares que devem ser levadas em conta, ligadas ao pluralismo das culturas. No entanto, todos eles, embora de maneiras diferentes, apresentam os sinais de lógicas relacionais distorcidas que, às vezes, são opostas às do Evangelho. Ao longo da história, os fechamentos relacionais se solidificaram em verdadeiras estruturas de pecado (cf. SRS 36), que influenciam o modo de pensar e agir das pessoas. Em particular, eles geram bloqueios e medos, que precisamos enfrentar e superar para iniciar o caminho da conversão relacional.

54. Enraizados nessa dinâmica estão os males que afligem nosso mundo, a começar pelas guerras e conflitos armados, e a ilusão de que uma paz justa pode ser alcançada pela força das armas. Igualmente mortal é a crença de que toda a criação, inclusive as pessoas, pode ser explorada à vontade para obter lucro. Essa é a consequência das muitas e variadas barreiras que dividem as pessoas, mesmo nas comunidades cristãs, e limitam as possibilidades de alguns em comparação com aquelas desfrutadas por outros: desigualdades entre homens e mulheres, racismo, divisão de castas, discriminação de pessoas com deficiências, violação dos direitos de minorias de todos os tipos, falta de disposição para receber migrantes. Até mesmo a relação com a terra, nossa irmã e mãe (cf. LS 1), apresenta sinais de uma fratura que põe em risco a vida de inúmeras comunidades, especialmente nas regiões mais empobrecidas, se não

de povos inteiros e talvez de toda a humanidade. O fechamento mais radical e dramático é o da

em relação à própria vida humana, o que leva ao descarte de crianças, desde o útero, e de idosos.

55. Muitos males que assolam nosso mundo também se manifestam na Igreja. A crise dos abusos, em suas diversas e trágicas manifestações, trouxe um sofrimento incalculável e muitas vezes duradouro às vítimas e sobreviventes e às suas comunidades. A Igreja precisa ouvir com cuidado e sensibilidade especiais as vozes das vítimas e dos sobreviventes de abuso sexual, espiritual, econômico, institucional, de poder e de consciência por parte de membros do clero ou de pessoas com cargos eclesiais. Ouvir é um elemento fundamental da jornada rumo à cura, ao arrependimento, à justiça e à reconciliação. Em uma época que experimenta uma crise global de confiança e incentiva as pessoas a viverem em desconfiança e suspeita, a Igreja deve reconhecer suas próprias falhas, pedir humildemente perdão, cuidar das vítimas, dar a si mesma ferramentas preventivas e se esforçar para reconstruir a confiança mútua no Senhor.

56. Ouvir aqueles que sofrem exclusão e marginalização fortalece a consciência da Igreja de que faz parte de sua missão assumir o peso dessas relações feridas para que o Senhor, o Vivente, possa curá-las. Somente assim ela pode ser "como o sacramento, isto é, um sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (LG 1). Ao mesmo tempo, a abertura para o mundo nos permite descobrir que em cada canto do planeta, em cada cultura e em cada grupo humano, o Espírito lançou as sementes do Evangelho. Elas dão frutos na capacidade de viver relacionamentos saudáveis, de cultivar a confiança mútua e o perdão, de superar o medo da diversidade e dar vida a comunidades acolhedoras, de promover uma economia que cuide das pessoas e do planeta, de reconciliar-se após um conflito. A história nos traz um legado de conflitos também motivados em nome da afiliação religiosa, minando a credibilidade das próprias religiões. Uma fonte de sofrimento é o escândalo da divisão entre as comunhões cristãs, a inimizade entre irmãos e irmãs que receberam o mesmo batismo. A experiência renovada do impulso ecumênico que acompanha a jornada sinodal, um dos sinais da conversão relacional, abre uma esperança.

### **Carismas, vocações e ministérios para a missão**

57. Os cristãos, pessoalmente ou em forma de associação, são chamados a fazer com que os dons que o Espírito concede produzam frutos em vista do testemunho e da proclamação do Evangelho. "Há diferentes carismas, mas um só é o Espírito; há diferentes ministérios, mas um só é o Senhor; há diferentes atividades, mas um só é Deus, que opera tudo em todos. A cada um é dada uma manifestação particular do Espírito para o bem comum" (*I Cor 12:4-7*). Na comunidade cristã, todos os batizados são enriquecidos com dons para compartilhar, cada um de acordo com sua vocação e condição de vida. As diferentes vocações eclesiais são, de fato, expressões múltiplas e articuladas do único chamado batismal à santidade e à missão. A variedade de carismas, que se origina na liberdade do Espírito Santo, tem como objetivo a unidade do Corpo eclesial de Cristo (cf. LG 32) e a missão nos diferentes lugares e culturas (cf. LG 12). Esses dons não são propriedade exclusiva daqueles que os recebem e os exercitam, nem podem ser motivo para reivindicá-los para si mesmos ou para um grupo. Eles são chamados a contribuir tanto para a vida da comunidade cristã, também por meio de uma pastoral vocacional adequada, quanto para o desenvolvimento da sociedade em suas múltiplas dimensões.

58. Cada pessoa batizada responde às exigências da missão nos contextos em que vive e trabalha a partir de suas próprias inclinações e capacidades, manifestando assim a liberdade do Espírito ao conceder seus dons. É graças a esse dinamismo do Espírito que o Povo de Deus, ao ouvir a realidade em que vive, pode descobrir novas áreas de compromisso e novas maneiras de cumprir sua missão. Os cristãos que, em diferentes capacidades - na família e em outros estados de vida, no local de trabalho e nas profissões, no compromisso cívico ou político, social ou ecológico, na elaboração de uma cultura inspirada no Evangelho como na evangelização da cultura do ambiente digital - percorrem os caminhos do mundo e, em seus ambientes de vida, proclamam o Evangelho, são sustentados pelos dons do Espírito.

59. Eles pedem que a Igreja não os deixe sozinhos, mas que se sintam enviados e apoiados. Eles pedem para serem nutridos pelo pão da Palavra e da Eucaristia, bem como pelos laços fraternos da comunidade. Eles pedem que seu compromisso seja reconhecido pelo que é: ação da Igreja com base no Evangelho, não uma opção particular. Finalmente, eles pedem que a comunidade acompanhe aqueles que, por seu testemunho, foram atraídos pelo Evangelho. Em uma Igreja sinodal missionária, sob a orientação de seus pastores, as comunidades serão capazes de enviar e apoiar aqueles que enviaram. Portanto, elas se conceberão como estando principalmente a serviço da missão que os fiéis realizam na sociedade, na família e na vida profissional, sem se concentrar exclusivamente nas atividades que ocorrem dentro delas e em suas necessidades organizacionais.

60. Em virtude do batismo, homens e mulheres gozam de igual dignidade no Povo de Deus. No entanto, as mulheres continuam a enfrentar obstáculos para obter um reconhecimento mais pleno de seus carismas, sua vocação e seu lugar nas diferentes esferas da vida da Igreja, em detrimento do serviço à missão comum. As Escrituras atestam o papel proeminente de muitas mulheres na história da salvação. A uma mulher, Maria de Magdala, foi confiado o primeiro anúncio da Ressurreição; no dia de Pentecostes, Maria, a Mãe de Deus, estava presente no Cenáculo, juntamente com muitas outras mulheres que haviam seguido o Senhor. É importante que as passagens relevantes das Escrituras encontrem espaço adequado nos lecionários litúrgicos. Alguns momentos cruciais na história da Igreja confirmam a contribuição essencial das mulheres movidas pelo Espírito. As mulheres constituem a maioria dos frequentadores da igreja e, com frequência, são as primeiras testemunhas da fé nas famílias. Elas são ativas na vida de pequenas comunidades cristãs e paróquias; dirigem escolas, hospitais e abrigos; lideram iniciativas para a reconciliação e a promoção da dignidade humana e da justiça social. As mulheres contribuem para a pesquisa teológica e estão presentes em posições de responsabilidade em instituições relacionadas à Igreja, na Cúria diocesana e na Cúria Romana. Há mulheres em posições de autoridade ou como líderes comunitárias. Esta Assembleia apela para a plena implementação de todas as oportunidades já previstas na legislação atual com relação ao papel das mulheres, particularmente em lugares onde elas ainda não foram cumpridas. Não há razão para que as mulheres não assumam papéis de liderança na Igreja: o que vem do Espírito Santo não pode ser impedido. A questão do acesso das mulheres ao ministério diaconal também permanece em aberto. É necessário mais discernimento a esse respeito. A Assembleia também pede que se dê mais atenção à linguagem e às imagens usadas na pregação, no ensino, na catequese e na elaboração dos documentos oficiais da Igreja, dando mais espaço à contribuição das mulheres santas, teólogas e místicas.

61. Dentro da comunidade cristã, deve-se dar atenção especial às crianças: elas não só precisam ser acompanhadas na aventura do crescimento, mas também têm muito a oferecer à comunidade de fiéis. Quando os apóstolos discutem entre si quem é o maior, Jesus coloca uma criança no centro, apresentando-a como o critério para entrar no Reino (cf. Mc 9:33-37). A Igreja não pode ser sinodal sem a contribuição das crianças, portadoras de um potencial missionário a ser valorizado. Sua voz é necessária para a comunidade: devemos escutá-la e nos comprometer para que todos na sociedade a escutem, especialmente aqueles com responsabilidades políticas e educacionais. Uma sociedade que não sabe acolher e cuidar das crianças é uma sociedade doente; o sofrimento que muitas delas sofrem com a guerra, a pobreza e a negligência, o abuso e o tráfico é um escândalo que exige a coragem da denúncia e o compromisso da solidariedade.

62. Os jovens também têm uma contribuição a dar para a renovação sinodal da Igreja. Eles são particularmente sensíveis aos valores da fraternidade e do compartilhamento, ao mesmo tempo em que rejeitam atitudes paternalistas ou autoritárias. Às vezes, sua atitude em relação à Igreja aparece como uma crítica, mas geralmente assume a forma positiva de um compromisso pessoal com uma comunidade acolhedora, empenhada em lutar contra a injustiça social e cuidar da casa comum. O pedido de "caminhar juntos na vida cotidiana", apresentado pelos jovens no Sínodo dedicado a eles em 2018, corresponde exatamente ao horizonte de uma Igreja sinodal. É por isso que é essencial oferecer a eles um acompanhamento cuidadoso e paciente; em particular, a proposta, que surgiu graças à contribuição deles, de "uma experiência de acompanhamento com vistas ao discernimento", que inclui a vida fraterna compartilhada com os educadores de adultos, um compromisso apostólico a ser vivido em conjunto a serviço dos mais necessitados; uma oferta de espiritualidade enraizada na oração e na vida sacramental (cf. *Documento Final da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, "Os jovens, a fé e o discernimento vocacional"*, 161).

63. Ao promover a corresponsabilidade pela missão de todos os batizados, reconhecemos as capacidades apostólicas das pessoas com deficiência que se sentem chamadas e enviadas como agentes ativos de evangelização. Queremos valorizar a contribuição que vem da imensa riqueza de humanidade que elas trazem consigo. Reconhecemos suas experiências de sofrimento, marginalização e discriminação, às vezes sofridas até mesmo dentro da própria comunidade cristã, devido a atitudes paternalistas de piedade. Para incentivar sua participação na vida e na missão da Igreja, propõe-se a criação de um Observatório Eclesial da Deficiência.

64. Entre as vocações pelas quais a Igreja é enriquecida, destaca-se a dos cônjuges. O Concílio Vaticano II ensinou que "eles possuem, em seu estado de vida e em sua ordem, o próprio dom da graça no meio do povo de Deus" (LG 11). O sacramento do matrimônio atribui uma missão peculiar que diz respeito, ao mesmo tempo, à vida da família, à edificação da Igreja e ao compromisso na sociedade. Em particular, nos últimos anos tem havido uma crescente consciência de que as famílias são sujeitos e não apenas destinatários da pastoral familiar. É por isso que elas precisam se reunir e trabalhar em rede, também com a ajuda das instituições da Igreja dedicadas à educação de crianças e jovens. Mais uma vez, a Assembleia expressa sua proximidade e apoio àqueles que vivem uma condição de solidão como uma escolha de fidelidade à Tradição e ao Magistério da Igreja sobre o matrimônio e a ética

sexual, nos quais reconhecem uma fonte de vida.

65. Ao longo dos séculos, os dons espirituais também deram origem a várias expressões de vida consagrada. Desde os primeiros tempos, a Igreja reconheceu a ação do Espírito na vida daqueles homens e mulheres que escolheram seguir Cristo no caminho dos conselhos evangélicos, consagrando-se ao serviço de Deus na contemplação, bem como em múltiplas formas de serviço. A vida consagrada é chamada a desafiar a Igreja e a sociedade com sua voz profética. Em sua experiência secular, as famílias religiosas amadureceram práticas experimentadas e testadas de vida sinodal e discernimento comunitário, aprendendo a harmonizar os dons individuais e a missão comum. As Ordens e Congregações, as Sociedades de Vida Apostólica, os Institutos Seculares, bem como as Associações, os Movimentos e as Novas Comunidades têm uma contribuição especial a dar para o crescimento da sinodalidade na Igreja. Hoje, muitas comunidades de vida consagrada são um laboratório de interculturalidade que constitui uma profecia para a Igreja e para o mundo. Ao mesmo tempo, a sinodalidade convida - e às vezes desafia - os Pastores das Igrejas locais, bem como os responsáveis pela vida consagrada e pelas Agregações eclesiais, a fortalecer as relações de modo a dar vida a uma troca de dons a serviço da missão comum.

66. A missão envolve todos os batizados. A primeira tarefa dos Leigos e Leigas é permear e transformar as realidades temporais com o espírito do Evangelho (cf. LG 31.33; AA 5-7). O processo sinodal, apoiado por um estímulo do Papa Francisco (cf. Carta Apostólica sob a forma de *Motu proprio Spiritus Domini*, 10 de janeiro de 2021), exortou as Igrejas locais a responderem com criatividade e coragem às necessidades da missão, discernindo entre os carismas alguns que convém assumir uma forma ministerial, equipando-se com critérios, instrumentos e procedimentos adequados. Nem todos os carismas devem ser configurados como ministérios, nem todos os batizados devem ser ministros, nem todos os ministérios devem ser instituídos. Para que um carisma seja configurado como ministério, é necessário que a comunidade identifique uma genuína necessidade pastoral, acompanhada de um discernimento realizado pelo pastor junto com a comunidade sobre a conveniência de criar um novo ministério. Como fruto desse processo, a autoridade competente toma a decisão. Em uma Igreja sinodal missionária, a promoção de mais formas de ministérios leigos é incentivada, ou seja, ministérios que não requerem o sacramento da Ordem, não apenas na esfera litúrgica. Eles podem ser instituídos ou não instituídos. Deve-se também refletir sobre como confiar os ministérios leigos em uma época em que as pessoas se deslocam de um lugar para outro com cada vez mais facilidade, especificando horários e áreas para seu exercício.

67. Entre os muitos serviços eclesiais, a Assembleia reconheceu a contribuição para a compreensão da fé e do discernimento oferecida pela teologia na variedade de suas expressões. Os teólogos ajudam o Povo de Deus a desenvolver uma compreensão da realidade iluminada pela Revelação e a desenvolver respostas adequadas e uma linguagem apropriada para a missão. Na Igreja sinodal e missionária, "o carisma da teologia é chamado a prestar um serviço específico [...]. Junto com a experiência de fé e a contemplação da verdade do povo fiel e a pregação dos pastores, ele contribui para a penetração cada vez mais profunda do Evangelho. Além disso, 'como qualquer outra vocação cristã, o ministério do teólogo, além de ser pessoal, é também comunitário e colegial'" (CTI, nº 75), especialmente quando é realizado na forma de ensino confiado a uma missão canônica em instituições acadêmicas eclesiais. "A sinodalidade eclesial, portanto, compromete os teólogos a fazer teologia em uma forma sinodal, promovendo entre eles a capacidade de ouvir, dialogar, discernir e integrar a multiplicidade e a variedade de instâncias e contribuições" (*ibid.*). Nessa linha, é urgente

promover, por meio de formas institucionais apropriadas, o diálogo entre os pastores e aqueles que estão comprometidos com a teologia.



na pesquisa teológica. A Assembleia convida as instituições teológicas a continuar a pesquisa para esclarecer e aprofundar o significado da sinodalidade e acompanhar a formação nas igrejas locais.

### **O ministério ordenado a serviço da harmonia**

68. Como todos os ministérios da Igreja, o episcopado, o presbiterato e o diaconato estão a serviço da proclamação do Evangelho e da edificação da comunidade eclesial. O Concílio Vaticano II recordou que o ministério ordenado de instituição divina "é exercido em diversas ordens por aqueles que antigamente eram chamados Bispos, Presbíteros e Diáconos" (LG 28). Nesse contexto, o Concílio Vaticano II afirmou a sacramentalidade do episcopado (cf. LG 21), recuperou a realidade comunitária do presbiterato (cf. LG 28) e abriu o caminho para a restauração do exercício permanente do diaconato na Igreja latina (cf. LG 29).

### **O ministério do bispo: compor os dons do Espírito em unidade**

69. A tarefa do bispo é presidir uma Igreja local, como um princípio visível de unidade dentro dela e um vínculo de comunhão com todas as Igrejas. A afirmação do Concílio de que "pela consagração episcopal é conferida a plenitude do sacramento da Ordem" (LG 21) permite-nos compreender a identidade do bispo na rede de relações sacramentais com Cristo e com a "porção do Povo de Deus" (CD 11) que lhe foi confiada e que ele é chamado a servir em nome de Cristo Bom Pastor. Aquele que é ordenado bispo não recebe prerrogativas e tarefas que deve realizar sozinho. Em vez disso, ele recebe a graça e a tarefa de reconhecer, discernir e compor em unidade os dons que o Espírito derrama sobre indivíduos e comunidades, trabalhando dentro do vínculo sacramental com os sacerdotes e diáconos, que são corresponsáveis com ele pelo serviço ministerial na Igreja local. Ao fazer isso, ele realiza o que é mais próprio e específico de sua missão no contexto da preocupação com a comunhão das Igrejas.

70. O serviço do bispo é um serviço na, com e para a comunidade (cf. LG 20), realizado por meio da proclamação da Palavra, da presidência da celebração eucarística e dos outros sacramentos. É por isso que a Assembleia Sinodal espera que o Povo de Deus tenha mais voz na escolha dos Bispos. Recomenda também que a Ordenação de um Bispo ocorra na Diocese para a qual ele é destinado como Pastor, e não na Diocese de origem, como é frequentemente o caso, e que os principais consagradores sejam escolhidos entre os Bispos da Província eclesiástica, incluindo, na medida do possível, o Metropolita. Desse modo, parecerá melhor que aquele que se torna Bispo contrai um vínculo com a Igreja à qual está destinado, assumindo publicamente diante dela os compromissos de seu ministério. É igualmente importante que, especialmente durante as visitas pastorais, ele possa passar tempo com os fiéis, para ouvi-los com vistas ao seu discernimento. Isso os ajudará a vivenciar a Igreja como a família de Deus. A relação constitutiva do Bispo com a Igreja local não aparece hoje com suficiente clareza no caso dos Bispos titulares, por exemplo, dos Representantes Pontifícios e daqueles que servem na Cúria Romana. Será apropriado continuar refletindo sobre essa questão.

71. Os bispos também precisam ser acompanhados e apoiados em seu ministério. O Metropolita pode desempenhar um papel na promoção da fraternidade entre os bispos de dioceses vizinhas. Ao longo do caminho sinodal, surgiu a necessidade de oferecer aos bispos

caminhos de formação contínua também em contextos locais. A necessidade de especificar os

A experiência dos bispos eméritos em sua nova maneira de estar a serviço do povo de Deus também deve ser valorizada. A experiência dos Bispos eméritos em seu novo modo de estar a serviço do Povo de Deus também deve ser valorizada. É importante ajudar os fiéis a não cultivar expectativas excessivas e irrealistas em relação ao Bispo, lembrando que ele também é um irmão frágil, exposto à tentação, que precisa de ajuda como todo mundo. Uma visão idealizada do Bispo não facilita o seu delicado ministério, que, ao contrário, é sustentado pela participação de todo o Povo de Deus na missão em uma Igreja verdadeiramente sinodal.

### Com o bispo: presbíteros e diáconos

72. Em uma Igreja sinodal, os Presbíteros são chamados a viver seu serviço em uma atitude de proximidade com as pessoas, acolhendo e ouvindo a todos, abrindo-se a um estilo sinodal. Os Presbíteros "constituem junto com seu Bispo um único Presbitério" (LG 28) e colaboram com ele no discernimento dos carismas e no acompanhamento e orientação da Igreja local, com uma atenção especial ao serviço da unidade. Eles são chamados a viver a fraternidade presbiteral e a caminhar juntos no serviço pastoral. Os presbíteros que são membros dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica também fazem parte do Presbitério e o enriquecem com a singularidade de seu carisma. Eles, assim como os presbíteros provenientes das Igrejas orientais *sui iuris*, celibatários ou casados, os presbíteros *fidei donum* e aqueles provenientes de outras nações, ajudam o clero local a se abrir aos horizontes de toda a Igreja, enquanto os presbíteros diocesanos ajudam seus irmãos a se tornarem parte da história de uma diocese concreta, com suas tradições e riquezas espirituais. Dessa forma, uma verdadeira troca de dons em vista da missão também ocorre no presbitério. Os presbíteros também precisam ser acompanhados e apoiados, especialmente nos estágios iniciais de seu ministério e em momentos de fraqueza e fragilidade.

73. Servidores dos mistérios de Deus e da Igreja (cf. LG 41), os diáconos são ordenados "não para o sacerdócio, mas para o ministério" (LG 29). Eles o exercem no serviço da caridade, do anúncio e da liturgia, mostrando em cada contexto social e eclesial em que estão presentes a relação entre o Evangelho anunciado e a vida vivida no amor, e promovendo em toda a Igreja uma consciência e um estilo de serviço a todos, especialmente aos mais pobres. As funções dos diáconos são muitas, como demonstram a Tradição, a oração litúrgica e a prática pastoral. Elas devem ser especificadas em resposta às necessidades de cada Igreja local, particularmente para despertar e sustentar a atenção de todos para com os mais pobres, no âmbito de uma Igreja sinodal missionária e misericordiosa. O ministério diaconal ainda permanece desconhecido para muitos cristãos, também porque, embora tenha sido restaurado pelo Vaticano II na Igreja latina como um grau próprio e permanente (cf. LG 29), ainda não foi aceito em todas as áreas geográficas. O ensinamento do Concílio deverá ser aprofundado ainda mais, também com base em uma revisão das muitas experiências em andamento, mas já oferece sólidas motivações às Igrejas locais para não demorarem em promover o diaconato permanente de maneira mais generosa, reconhecendo nesse ministério um fator precioso para o amadurecimento de uma Igreja servidora no seguimento do Senhor Jesus que se fez servo de todos. Esse estudo aprofundado também pode ajudar a entender melhor o significado da ordenação diaconal daqueles que se tornarão sacerdotes.

### Colaboração entre ministros ordenados na Igreja Sinodal

74. Várias vezes, durante o processo sinodal, foi expressa gratidão aos bispos, sacerdotes e diáconos pela alegria, compromisso e dedicação com que realizam seu serviço. Também foram ouvidas as dificuldades que os pastores encontram em seu ministério, principalmente relacionadas a uma sensação de isolamento, solidão e sobrecarga pelas exigências de atender a todas as necessidades. A experiência do Sínodo pode ajudar os bispos, presbíteros e diáconos a redescobrir a corresponsabilidade no exercício de seu ministério, o que também exige a colaboração com outros membros do povo de Deus. Uma distribuição mais articulada de tarefas e responsabilidades, um discernimento mais corajoso do que pertence propriamente ao ministério ordenado e do que pode e deve ser delegado a outros, favorecerá seu exercício de maneira espiritualmente mais saudável e pastoralmente mais dinâmica em cada uma de suas ordens. Essa perspectiva não deixará de ter um impacto nos processos de tomada de decisão caracterizados por um estilo mais claramente sinodal. Ela também ajudará a superar o clericalismo, entendido como o uso do poder em benefício próprio e a distorção da autoridade da Igreja que está a serviço do povo de Deus. Ele se expressa especialmente em abusos sexuais, econômicos, de consciência e de poder por parte dos ministros da Igreja. "O clericalismo, fomentado tanto pelos próprios sacerdotes como pelos leigos, gera um cisma no Corpo eclesial que fomenta e ajuda a perpetuar muitos dos males que hoje denunciamos" (Francisco, *Carta ao Povo de Deus*, 20 de agosto de 2018).

### **Juntos pela missão**

75. Em resposta às necessidades da comunidade e da missão, ao longo de sua história a Igreja deu origem a certos ministérios, distintos dos ordenados. Esses ministérios são a forma que os carismas assumem quando são reconhecidos publicamente pela comunidade e pelos responsáveis por guiá-la, e são colocados de forma estável a serviço da missão. Alguns têm o objetivo mais específico de servir à comunidade cristã. De particular relevância são os ministérios instituídos, que são conferidos pelo bispo, uma vez na vida, com um rito específico, após discernimento apropriado e formação adequada dos candidatos. Não se trata de um simples mandato ou atribuição de tarefas; a concessão do ministério é um sacramento que molda a pessoa e define sua maneira de participar da vida e da missão da Igreja. Na Igreja latina, esses são os ministérios do leitor e do acólito (cf. Carta Apostólica sob a forma de Motu proprio *Spiritus Domini*, 10 de janeiro de 2021) e o do catequista (cf. Carta Apostólica sob a forma de Motu proprio *Antiquum ministerium*, 10 de maio de 2021). Os termos e as modalidades de seu exercício devem ser definidos por um mandato da autoridade legítima. Cabe às Conferências Episcopais estabelecer as condições pessoais que os candidatos devem satisfazer e elaborar os itinerários de formação para o acesso a esses ministérios.

76. Ao lado desses, há ministérios não instituídos ritualmente, mas exercidos com estabilidade por mandato da autoridade competente, como, por exemplo, o ministério de coordenar uma pequena comunidade eclesial, liderar a oração comunitária, organizar ações de caridade etc., que admitem uma grande variedade, dependendo das características da comunidade local. Um exemplo disso são os catequistas que sempre estiveram à frente de comunidades sem presbíteros em muitas regiões da África. Mesmo que não haja um rito prescrito, é apropriado tornar pública a incumbência por meio de um mandato perante a comunidade para promover seu reconhecimento efetivo. Há também ministérios extraordinários, como o ministério extraordinário da comunhão, presidindo as celebrações dominicais enquanto se espera por um presbítero,

a administração de certos sacramentais ou outros. A ordem canônica latina e oriental já prevê que, em certos casos, os fiéis leigos, homens ou mulheres, podem ser também ministros extraordinários do Batismo. Na ordem canônica latina, o Bispo (com a autorização da Santa Sé) pode delegar a assistência nos casamentos a fiéis leigos, homens ou mulheres. Com base nas necessidades dos contextos locais, deve-se considerar a possibilidade de ampliar e estabilizar essas oportunidades de exercício ministerial por parte dos fiéis leigos. Finalmente, há os serviços espontâneos, que não precisam de outras condições ou reconhecimento explícito. Eles mostram que todos os fiéis, de várias maneiras, participam da missão por meio de seus dons e carismas.

77. Os fiéis leigos, tanto homens quanto mulheres, devem ter mais oportunidades de participar, explorando também outras formas de serviço e ministério em resposta às necessidades pastorais de nosso tempo, em um espírito de colaboração e corresponsabilidade diferenciada. Em particular, algumas necessidades concretas emergem do processo sinodal para serem respondidas de maneira apropriada aos diferentes contextos:

- a) participação mais ampla dos Leigos e Leigas nos processos de discernimento eclesial e em todas as fases dos processos de tomada de decisão (elaboração e tomada de decisão);
- b) acesso mais amplo de leigos e leigas a cargos de responsabilidade em dioceses e instituições eclesíásticas, incluindo seminários, institutos e faculdades de teologia, de acordo com as disposições existentes;
- c) maior reconhecimento e apoio às vidas e carismas de homens e mulheres consagrados e seu emprego em posições de responsabilidade eclesial;
- d) um aumento no número de leigos qualificados servindo como juízes em julgamentos canônicos;
- e) reconhecimento efetivo da dignidade e do respeito aos direitos daqueles que trabalham como funcionários da Igreja e de suas instituições.

78. O processo sinodal renovou a consciência de que a escuta é um componente essencial de cada aspecto da vida da Igreja: a administração dos sacramentos, especialmente o da Reconciliação, a catequese, a formação e o acompanhamento pastoral. Dentro dessa estrutura, a Assembleia dedicou atenção à proposta de estabelecer um ministério de escuta e acompanhamento, mostrando uma variedade de orientações. Alguns eram a favor, porque esse ministério seria uma forma profética de enfatizar a importância da escuta e do acompanhamento na comunidade. Outros afirmaram que a escuta e o acompanhamento são tarefas de todos os batizados, sem a necessidade de um ministério específico. Outros ainda enfatizaram a necessidade de mais estudos, por exemplo, sobre a relação entre esse possível ministério e o acompanhamento espiritual, o *aconselhamento* pastoral e a celebração do Sacramento da Reconciliação. Também surgiu a sugestão de que o possível ministério de escuta e acompanhamento deveria ser particularmente voltado para acolher aqueles que estão à margem da comunidade da Igreja, aqueles que retornam depois de terem se afastado, aqueles que estão buscando a verdade e desejam ser ajudados a encontrar o Senhor. Portanto, ainda há necessidade de mais discernimento a esse respeito. Os contextos locais onde essa necessidade é mais sentida poderão promover a experimentação e desenvolver possíveis modelos sobre os quais discernir.

## Parte III - "Lançar a rede

### Conversão de processos

*Jesus lhes perguntou: "Meus filhos, vocês não têm nada para comer?" Eles lhe responderam: "Não". Então ele lhes disse: "Lancem a rede do lado direito do barco e vocês a encontrarão". Eles a lançaram e não puderam mais puxá-la por causa da grande quantidade de peixes. (Jo 21:5-6)*

79. A pesca não deu frutos e agora é hora de voltar para a praia. Mas uma Voz ressoa, uma voz autoritária, convidando-os a fazer algo que os discípulos sozinhos não teriam feito, apontando uma possibilidade que seus olhos e mentes não conseguiam perceber: "Lancem a rede do lado direito do barco e vocês a encontrarão". No decorrer do processo sinodal, tentamos ouvir essa Voz e aceitar o que ela estava nos dizendo. Na oração e no diálogo fraterno, reconhecemos que o discernimento eclesial, o cuidado com os processos decisórios e o compromisso com a prestação de contas e a avaliação do resultado das decisões tomadas são práticas com as quais respondemos à Palavra que nos mostra os caminhos da missão.

80. Essas três práticas estão intimamente interligadas. Os processos de tomada de decisão precisam de discernimento eclesial, o que exige ouvir em um clima de confiança, que é apoiado pela transparência e pela prestação de contas. A confiança deve ser mútua: os tomadores de decisão precisam ser capazes de confiar e ouvir o Povo de Deus, que, por sua vez, precisa ser capaz de confiar naqueles que têm autoridade. Essa visão integral enfatiza que cada uma dessas práticas depende e apóia as outras, servindo à capacidade da Igreja de cumprir sua missão. Engajar-se em processos de tomada de decisão baseados no discernimento eclesial e assumir uma cultura de transparência, responsabilidade e avaliação exige treinamento adequado que não seja apenas técnico, mas capaz de explorar seus fundamentos teológicos, bíblicos e espirituais. Todos os batizados precisam dessa formação em testemunho, missão, santidade e serviço, que enfatiza a corresponsabilidade. Ela assume formas específicas para aqueles que ocupam posições de responsabilidade ou estão a serviço do discernimento eclesial.

### **Discernimento eclesial para a missão**

81. A fim de promover relações capazes de sustentar e orientar a missão da Igreja, é uma exigência prioritária exercer a sabedoria evangélica que permitiu à comunidade apostólica de Jerusalém selar o resultado do primeiro evento sinodal com as palavras: "Porque pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" (Atos 15:28). É o discernimento que, como exercido pelo Povo de Deus em vista da missão, podemos qualificar como "eclesial". O Espírito, que o Pai enviou em nome de Jesus e que ensina todas as coisas (cf. Jo 14,26), guia os crentes em todos os momentos "em toda a verdade" (Jo 16,13). Por Sua presença e ação contínuas, o "A tradição, que vem dos Apóstolos, progride na Igreja" (DV 8). Invocando a sua luz, o Povo de Deus, participante da função profética de Cristo (cf. LG 12), "procura discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações, em que participa juntamente com os outros homens do nosso tempo, quais são os verdadeiros sinais da presença ou do desígnio de Deus" (GS 11). Tal discernimento faz uso de todos os dons de sabedoria que o Senhor distribui na

Igreja e que são necessários para a sua realização.

A vida da Igreja sinodal missionária deve ser recomposta e reorientada, e está enraizada no *sensus fidei* comunicado pelo Espírito a todos os batizados. Nesse espírito, a vida da Igreja sinodal missionária deve ser recomposta e reorientada.

82. O discernimento da igreja não é uma técnica organizacional, mas uma prática espiritual a ser vivida com fé. Exige liberdade interior, humildade, oração, confiança mútua, abertura para o novo e entrega à vontade de Deus. Nunca é a afirmação de um ponto de vista pessoal ou de um grupo, nem se resolve na simples soma de opiniões individuais; cada um, falando de acordo com a consciência, está aberto a ouvir o que os outros em consciência compartilham, de modo a buscarem juntos reconhecer "o que o Espírito diz às Igrejas" (Ap 2:7). Prevendo a contribuição de todas as pessoas envolvidas, o discernimento eclesial é tanto uma condição quanto uma expressão privilegiada da sinodalidade, na qual a comunhão, a missão e a participação são vividas em conjunto. O discernimento é tanto mais rico quanto mais todos são ouvidos. Por isso, é essencial promover a ampla participação nos processos de discernimento, com atenção especial ao envolvimento daqueles que estão à margem da comunidade cristã e da sociedade.

83. A escuta da Palavra de Deus é o ponto de partida e o critério de todo discernimento eclesial. As Sagradas Escrituras, de fato, testemunham que Deus falou ao seu povo, a ponto de nos dar em Jesus a plenitude de toda a Revelação (cf. DV 2), e indicam os lugares onde podemos ouvir a sua voz. Deus se comunica conosco antes de tudo na liturgia, porque é o próprio Cristo que fala "quando a Sagrada Escritura é lida na Igreja" (SC 7). Deus fala por meio da Tradição viva da Igreja, de seu Magistério, da meditação pessoal e comunitária das Escrituras e das práticas da piedade popular. Deus continua a se manifestar por meio do clamor dos pobres e dos acontecimentos da história humana. Mais uma vez, Deus se comunica com Seu povo por meio dos elementos da criação, cuja própria existência remete à ação do Criador e está repleta da presença do Espírito vivificante. Finalmente, Deus também fala na consciência pessoal de cada pessoa, que é "o núcleo e o santuário mais secreto do homem, onde ele está a sós com Deus, cuja voz ressoa em sua própria intimidade" (GS 16). O discernimento eclesial exige o cuidado e a formação contínuos das consciências e o amadurecimento *do sensus fidei*, de modo a não negligenciar nenhum dos lugares onde Deus fala e vem ao encontro de Seu povo.

84. As etapas do discernimento eclesial podem ser articuladas de diferentes maneiras, dependendo dos lugares e das tradições. Também com base na experiência sinodal, é possível identificar alguns elementos-chave que não devem faltar:

- a) a apresentação clara do objeto de discernimento e o fornecimento de informações e ferramentas adequadas para sua compreensão;
- b) um tempo conveniente para se preparar com oração, ouvir a Palavra de Deus e refletir sobre o tópico;
- c) uma disposição interna de liberdade com relação aos próprios interesses, pessoais e do grupo, e um compromisso com a busca do bem comum;
- d) ouvir atenta e respeitosamente as palavras uns dos outros;
- e) a busca do consenso mais amplo possível, que surgirá por meio daquilo que mais "faz arder os corações" (cf. Lc 24:32), sem esconder os conflitos e sem buscar compromissos



para baixo;

- f) a formulação, pela pessoa que lidera o processo, do consenso alcançado e sua apresentação a todos os participantes, para que eles expressem se se identificam ou não com ele.

Com base no discernimento, a decisão apropriada amadurecerá, o que compromete a adesão de todos, mesmo quando a opinião de alguém não tiver sido aceita, e um tempo de recepção na comunidade, o que pode levar a verificações e avaliações subsequentes.

85. O discernimento sempre ocorre em um contexto concreto, cujas complexidades e peculiaridades devem ser conhecidas da melhor forma possível. Para que o discernimento seja efetivamente "eclesial", é preciso valer-se dos meios necessários, entre os quais uma adequada exegese dos textos bíblicos para ajudar a interpretá-los e compreendê-los, evitando abordagens parciais ou fundamentalistas; o conhecimento dos Padres da Igreja, da Tradição e dos ensinamentos magisteriais, segundo seus diversos graus de autoridade; as contribuições das várias disciplinas teológicas; as contribuições das ciências humanas, históricas, sociais e administrativas, sem as quais não é possível conhecer seriamente o contexto no qual e com vistas ao qual o discernimento se realiza.

86. Há uma grande variedade de abordagens para o discernimento e metodologias estabelecidas na Igreja. Essa variedade é uma riqueza: com as devidas adaptações aos diferentes contextos, a pluralidade de abordagens pode se mostrar frutífera. Tendo em vista a missão comum, é importante que elas entrem em um diálogo cordial, sem dispersar as especificidades de cada uma e sem entrincheiramento identitário. Nas Igrejas locais, começando pelas pequenas comunidades eclesiais e paróquias, é essencial oferecer oportunidades de treinamento que difundam e alimentem uma cultura de discernimento eclesial para a missão, particularmente entre aqueles que ocupam cargos de responsabilidade. Igualmente importante é o treinamento de acompanhantes ou facilitadores, cuja contribuição muitas vezes se mostra crucial na realização dos processos de discernimento.

### **A articulação dos processos de tomada de decisão**

87. Na Igreja sinodal, "toda a comunidade, na livre e rica diversidade de seus membros, é convocada a orar, ouvir, analisar, dialogar, discernir e aconselhar na tomada de decisões" (CTI, nº 68) para a missão. Fomentar a participação mais ampla possível de todo o Povo de Deus nos processos de tomada de decisão é a maneira mais eficaz de promover uma Igreja sinodal. Se é verdade, de fato, que a sinodalidade define o *modus vivendi et operandi* que qualifica a Igreja, ela indica ao mesmo tempo uma prática essencial no cumprimento de sua missão: discernir, chegar ao consenso, decidir por meio do exercício das diferentes estruturas e instituições da sinodalidade.

88. A comunidade dos discípulos convocados e enviados pelo Senhor não é um sujeito uniforme e amorfo. É o seu Corpo com muitos e diversos membros, um sujeito histórico comunitário no qual o Reino de Deus acontece como "semente e princípio" a serviço do seu advento em toda a família humana (cf. LG 5). Já os Padres da Igreja refletem sobre a natureza comunitária da missão do Povo de Deus através de um tríptico *nihil sine*: "nada sem o bispo" (Santo Inácio de Antioquia, *Carta aos Trallesianos*, 2.2), "nada sem o conselho dos presbíteros, nada sem o consentimento do Povo" (São Cipriano de Cartago, *Carta* 14.4). Quando essa lógica do *nihil sine* é quebrada, a identidade da Igreja é obscurecida e sua missão

é inibida.

89. Dentro dessa estrutura eclesiológica de referência está o compromisso de promover a participação com base na corresponsabilidade diferenciada. Cada membro da comunidade deve ser respeitado, valorizando suas habilidades e dons com vistas à tomada de decisões compartilhadas. São necessárias formas mais ou menos articuladas de mediação institucional, dependendo do tamanho da comunidade. A legislação existente já prevê órgãos participativos em diferentes níveis, sobre os quais o documento tratará mais adiante.

90. Para facilitar seu funcionamento, parece apropriado refletir sobre a articulação dos processos de tomada de decisão. Esse último geralmente inclui uma fase de elaboração ou instrução

"através de um trabalho comum de discernimento, consulta e cooperação" (CTI, nº 69), que informa e apóia a tomada de decisão subsequente, que é de responsabilidade da autoridade competente. Não há concorrência ou contraste entre as duas fases, mas, por meio de sua articulação, elas contribuem para garantir que as decisões tomadas sejam fruto da obediência de todos ao que Deus quer para sua Igreja. Por essa razão, é necessário promover procedimentos que tornem efetiva a reciprocidade entre a assembleia e aqueles que a presidem, em uma atmosfera de abertura ao Espírito e de confiança mútua, em busca de um consenso que seja o mais unânime possível. O processo deve incluir também a fase de implementação da decisão e a de sua avaliação, na qual as funções dos sujeitos envolvidos se articulam de novas maneiras.

91. Há casos em que a lei existente já prescreve que a autoridade é obrigada a consultar antes de tomar uma decisão. A autoridade pastoral tem o dever de ouvir as pessoas que participam da consulta e, conseqüentemente, não pode mais agir como se não as tivesse ouvido. Não se afastará, portanto, do fruto da consulta, quando estiver de acordo, sem uma razão que prevaleça e que deva ser adequadamente expressa (cf. CIC, cân. 127, § 2, 2º; CCEO cân. 934, § 2, 3º). Como em toda comunidade que vive segundo a justiça, na Igreja o exercício da autoridade não consiste na imposição de uma vontade arbitrária. Nas várias formas em que é exercido, está sempre a serviço da comunhão e da recepção da verdade de Cristo, na qual e para a qual o Espírito Santo nos guia em diferentes tempos e contextos (cf. Jo 14,16).

92. Em uma Igreja sinodal, a competência decisória do Bispo, do Colégio Episcopal e do Bispo de Roma é inalienável, pois está enraizada na estrutura hierárquica da Igreja estabelecida por Cristo a serviço da unidade e do respeito à legítima diversidade (cf. LG 13). No entanto, não é incondicional: uma orientação que emerge no processo consultivo como resultado de um discernimento correto, especialmente se realizado pelos órgãos participativos, não pode ser ignorada. Uma oposição entre consulta e deliberação é, portanto, inapropriada: na Igreja, a deliberação ocorre com a ajuda de todos, nunca sem que a autoridade pastoral decida em virtude de seu ofício. É por isso que a fórmula recorrente no Código de Direito Canônico, que fala de um voto "meramente consultivo" (*tantum consultivum*), deve ser reexaminada para eliminar possíveis ambigüidades. Portanto, parece oportuna uma revisão das normas canônicas em chave sinodal, que esclareça tanto a distinção quanto a articulação entre consultivo e deliberativo, e esclareça as responsabilidades daqueles que participam dos processos decisórios em suas diversas funções.

93. O cuidado com a conduta ordenada e a clara assunção de responsabilidade por parte dos participantes são fatores cruciais para a eficácia dos processos de tomada de decisão da

maneira aqui prevista:

- a) Cabe particularmente à autoridade: definir claramente o objeto da consulta e da deliberação, bem como a parte responsável pela tomada de decisão; identificar as pessoas que devem ser consultadas, inclusive em razão de conhecimentos específicos ou envolvimento no assunto; garantir que todos os participantes tenham acesso efetivo às informações relevantes, de modo que possam formular sua opinião de forma fundamentada;
- b) Aqueles que expressam sua opinião em uma consulta, seja individualmente ou como membros de um órgão colegiado, assumem a responsabilidade de: oferecer uma opinião sincera e honesta, com o melhor de seu conhecimento e consciência; respeitar a confidencialidade das informações recebidas; oferecer uma formulação clara de sua opinião, identificando seus pontos principais, de modo que a autoridade, caso decida de forma diferente da opinião recebida, possa explicar como a levou em consideração em sua deliberação;
- c) Uma vez que a autoridade competente tenha formulado a decisão, tendo respeitado o processo de consulta e expressado claramente as razões que a motivaram, todos, em razão do vínculo de comunhão que une os batizados, são obrigados a respeitá-la e implementá-la, mesmo quando não corresponder ao próprio ponto de vista, sem prejuízo do dever de participar honestamente também da fase de avaliação. Sempre é possível apelar para uma autoridade superior, nas formas estabelecidas pela lei.

94. Uma implementação sinodal correta e resoluta dos processos de tomada de decisão contribuirá para o progresso do Povo de Deus em uma perspectiva participativa, particularmente por meio das mediações institucionais previstas pelo direito canônico, especialmente os órgãos participativos. Sem mudanças concretas em curto prazo, a visão de uma Igreja sinodal não será crível e isso afastará os membros do Povo de Deus que tiraram força e esperança da jornada sinodal. Cabe às igrejas locais encontrar maneiras apropriadas de implementar essas mudanças.

### **Transparência, responsabilidade, avaliação**

95. A tomada de decisões não encerra o processo decisório. Ela deve ser acompanhada e seguida por práticas de prestação de contas e avaliação, em um espírito de transparência inspirado por critérios evangélicos. A prestação de contas do ministério de alguém para a comunidade pertence à tradição mais antiga, que remonta à Igreja Apostólica. *Atos* 11 dos *Atos dos Apóstolos* nos oferece um exemplo disso: quando Pedro retorna a Jerusalém depois de ter batizado Cornélio, um pagão, "os crentes circuncidados o repreenderam, dizendo: 'Você entrou na casa de homens incircuncisos e comeu com eles! Pedro responde com um relato das razões de suas ações.

96. Em particular, com relação à transparência, surgiu a necessidade de iluminar seu significado, vinculando-a a uma série de termos como verdade, lealdade, clareza, honestidade, integridade, consistência, rejeição da opacidade, hipocrisia e ambiguidade, e ausência de segundas intenções. A bem-aventurança evangélica dos puros de coração (cf. Mt 5:8), o mandamento de ser "simples como as pombas" (Mt 10:16), e as palavras do Apóstolo Paulo: "rejeitamos as dissimulações vergonhosas, não nos comportando com astúcia nem falsificando a palavra de

Deus, mas proclamando abertamente a verdade e nos apresentando diante de toda consciência humana, aos olhos de Deus" (2 Cor 4:2). Portanto, é feita referência a uma atitude básica, enraizada na

A transparência, em seu sentido evangélico correto, não compromete o respeito à privacidade e à confidencialidade, a proteção das pessoas, sua dignidade e seus direitos, mesmo contra reivindicações indevidas da autoridade civil. A transparência, em seu sentido evangélico correto, não compromete o respeito à privacidade e à confidencialidade, a proteção das pessoas, sua dignidade e seus direitos, mesmo contra reivindicações indevidas da autoridade civil. Tudo isso, no entanto, nunca pode justificar práticas contrárias ao Evangelho ou se tornar um pretexto para contornar ou encobrir ações contra o mal. Em todo caso, no que diz respeito ao sigilo confessional, "o selo sacramental é indispensável e nenhum poder humano tem jurisdição sobre ele, nem pode reivindicá-lo" (Francisco, *Discurso aos participantes do XXX Curso sobre o Fórum Interno organizado pela Penitenciária Apostólica*, 29 de março de 2019).

97. A atitude de transparência, no sentido que acabamos de indicar, constitui um guardião da confiança e da credibilidade de que uma Igreja sinodal, atenta aos relacionamentos, não pode prescindir. Quando a confiança é violada, são os mais fracos e vulneráveis que sofrem as consequências. Quando a Igreja goza de confiança, as práticas de transparência, responsabilidade e avaliação ajudam a consolidá-la e são um elemento ainda mais crítico quando a credibilidade da Igreja precisa ser reconstruída. Isso é especialmente importante na proteção de menores e pessoas vulneráveis (*salv guarda*).

98. Em todo caso, essas práticas ajudam a garantir a fidelidade da Igreja à sua missão. Sua ausência é uma das consequências do clericalismo e, ao mesmo tempo, o alimenta. Ela se baseia na suposição implícita de que aqueles que têm autoridade na Igreja não são responsáveis por suas ações e decisões, como se estivessem isolados ou acima do resto do povo de Deus. A transparência e a prestação de contas não devem ser exigidas apenas quando se trata de abusos sexuais, financeiros e outros. Isso também diz respeito ao estilo de vida dos pastores, aos planos pastorais, aos métodos de evangelização e às maneiras pelas quais a Igreja respeita a dignidade da pessoa humana, por exemplo, com relação às condições de trabalho em suas instituições.

99. Se a Igreja Sinodal quiser ser acolhedora, a prestação de contas deve se tornar uma prática padrão em todos os níveis. Entretanto, aqueles que ocupam posições de autoridade têm uma responsabilidade maior nesse sentido e são chamados a prestar contas a Deus e ao Seu povo. Embora a prática da prestação de contas aos superiores tenha sido preservada ao longo dos séculos, a dimensão da prestação de contas que a autoridade é chamada a dar à comunidade deve ser recuperada. As instituições e os procedimentos estabelecidos na experiência da vida consagrada (como capítulos, visitas canônicas, etc.) podem ser uma fonte de inspiração nesse sentido.

100. Igualmente necessárias são as estruturas e formas de avaliação regular da maneira como as responsabilidades ministeriais de todos os tipos são exercidas. A avaliação não constitui um julgamento sobre os indivíduos: em vez disso, ela destaca os aspectos positivos e as áreas para possíveis melhorias nas ações daqueles com responsabilidades ministeriais e ajuda a Igreja a aprender com a experiência, a recalibrar os planos de ação e a permanecer atenta à voz do Espírito Santo, concentrando a atenção nos resultados das decisões em relação à missão.

101. Além de observar o que já está previsto nas normas canônicas sobre os critérios e



os mecanismos de controle, cabe às Igrejas locais, e especialmente aos seus grupos, construir, de modo sinodal, formas e procedimentos eficazes de prestação de contas e de avaliação, adequados à variedade dos contextos, a partir do quadro normativo civil, das legítimas expectativas da sociedade e da real disponibilidade de competências no campo. Nesse trabalho, a prioridade deve ser dada a

metodologias de avaliação participativa, aprimorar as habilidades daqueles, especialmente os leigos, mais familiarizados com os processos de prestação de contas e avaliação, e discernir as boas práticas já presentes na sociedade civil local, adaptando-as aos contextos eclesiais. A maneira pela qual os processos de prestação de contas e avaliação são implementados em nível local fará parte do relatório apresentado durante as visitas *ad limina*.

102. Em particular, em formas apropriadas para os diferentes contextos, parece necessário garantir, no mínimo:

- a) funcionamento eficaz dos Conselhos de Assuntos Econômicos;
- b) o envolvimento efetivo do Povo de Deus, especialmente dos membros mais competentes, no planejamento pastoral e econômico;
- c) a preparação e publicação (apropriada ao contexto local e com acessibilidade efetiva) de uma declaração financeira anual, certificada, na medida do possível, por auditores externos, que torne transparente a administração dos bens e recursos financeiros da Igreja e de suas instituições;
- d) a preparação e publicação de um relatório anual sobre o desempenho da missão, que também inclui uma ilustração das iniciativas empreendidas na área de *salv guarda* (proteção de menores e pessoas vulneráveis) e a promoção do acesso de leigos a cargos de autoridade e sua participação nos processos de tomada de decisão, especificando a proporção em relação ao gênero;
- e) procedimentos para avaliação periódica do desempenho de todos os ministérios e designações dentro da Igreja.

Precisamos nos conscientizar de que esse não é um esforço burocrático por si só, mas um esforço comunicativo que se mostra uma poderosa ferramenta educacional para mudar a cultura, além de nos permitir dar maior visibilidade a muitas iniciativas valiosas da Igreja e de suas instituições, que muitas vezes permanecem ocultas.

### **Sinodalidade e órgãos participativos**

103. A participação dos batizados nos processos de tomada de decisão, bem como as práticas de prestação de contas e avaliação, ocorrem por meio de mediações institucionais, principalmente os órgãos de participação que, no nível da Igreja local, o direito canônico já prevê. Na Igreja latina, são eles: Sínodo Diocesano (cf. CIC, cân. 466), Conselho Presbiteral (cf. CIC, cân. 500, § 2), Conselho Pastoral Diocesano (cf. CIC, cân. 514, § 1), Conselho Pastoral Paroquial (cf. CIC, cân. 536), Conselho Diocesano e Paroquial para Assuntos Econômicos (cf. CIC, cân. 493 e 537). Nas Igrejas Católicas Orientais, são eles: Assembleia Eparquial (cf. CCEO, cân. 235 ss.), Conselho Eparquial para os Assuntos Econômicos (cf. CCEO, cân. 262 ss.), Conselho Presbiteral (CCEO cân. 264), Conselho Pastoral Eparquial (CCEO cân. 272 ss.), Conselhos Paroquiais (cf. CCEO cân. 295). Os membros participam deles com base em seu papel eclesial, de acordo com suas responsabilidades diferenciadas de várias maneiras (carismas, ministérios, experiência ou competência, etc.). Cada um desses órgãos participa do discernimento necessário para a proclamação inculturada do Evangelho, a missão da comunidade em seu próprio ambiente e o testemunho dos batizados que a compõem. Ele também participa dos processos de tomada de decisão nas formas estabelecidas

e constitui uma estrutura para a prestação de contas e a avaliação dos resultados.

avaliação e prestação de contas. Os órgãos de participação são uma das áreas mais promissoras em que se pode atuar para uma rápida implementação das diretrizes sinodais, levando a mudanças rapidamente perceptíveis.

104. Uma Igreja sinodal baseia-se na existência, na eficiência e na vitalidade efetiva, e não apenas nominal, desses órgãos participativos, bem como em seu funcionamento de acordo com as disposições canônicas ou com o costume legítimo, e na conformidade com os estatutos e regulamentos que os regem. Por esse motivo, eles devem ser obrigatórios, conforme exigido em todos os estágios do processo sinodal, e devem ser capazes de desempenhar plenamente seu papel, não de maneira puramente formal, mas de forma apropriada aos diferentes contextos locais.

105. Além disso, é apropriado intervir no funcionamento desses órgãos, começando com a adoção de uma metodologia de trabalho sinodal. A Conversação no Espírito, com as devidas adaptações, pode ser um ponto de referência. Deve-se dar atenção especial à forma como os membros são nomeados. Quando não estiver prevista a eleição, deve ser realizada uma consulta sinodal que expresse o máximo possível a realidade da comunidade ou da Igreja local, e a autoridade deve fazer a nomeação com base em seus resultados, respeitando a articulação entre consulta e deliberação descrita acima. Deve-se também prever que os membros dos conselhos pastorais diocesanos e paroquiais tenham o poder de propor itens a serem incluídos na agenda, por analogia com os membros do Conselho Presbiteral.

106. Deve-se dar igual atenção à composição dos órgãos participativos, de modo a incentivar um maior envolvimento de mulheres, jovens e pessoas que vivem em condições de pobreza ou marginalização. Além disso, é essencial que esses órgãos incluam pessoas batizadas comprometidas com o testemunho da fé nas realidades comuns da vida e da dinâmica social, com uma reconhecida disposição apostólica e missionária, e não apenas pessoas engajadas na organização da vida e dos serviços dentro da comunidade. Dessa forma, o discernimento eclesial se beneficiará de maior abertura, capacidade de analisar a realidade e pluralidade de perspectivas. Com base nas necessidades dos diferentes contextos, pode ser apropriado prever a participação de representantes de outras Igrejas e Comunhões Cristãs, semelhante ao que acontece na Assembleia Sinodal, ou representantes de outras religiões presentes na área. As Igrejas locais e seus agrupamentos podem indicar mais facilmente alguns critérios para a composição dos órgãos de participação adequados a cada contexto.

107. A Assembleia deu atenção especial às experiências de reforma e às boas práticas já existentes, como a criação de redes de conselhos pastorais em nível de comunidades de base, paróquias e zonas, até o conselho pastoral diocesano. Como modelo de consulta e escuta, também é proposto que as assembleias da Igreja sejam realizadas com certa regularidade em todos os níveis, buscando não limitar a consulta à Igreja Católica, mas estar aberto para ouvir a contribuição de outras Igrejas e Comunhões Cristãs, e permanecer atento às religiões da região.

108. A Assembleia propõe que o Sínodo diocesano e a Assembleia eparquial sejam mais valorizados como um órgão de consulta regular do Bispo sobre a porção do Povo de Deus que lhe foi confiada, como um lugar de escuta, oração e discernimento, especialmente quando se trata de escolhas relevantes para a vida e a missão de uma Igreja local. O sínodo diocesano também pode ser um fórum de prestação de contas e avaliação: a ele o bispo

apresenta um relatório da atividade pastoral nos vários setores,

da implementação do plano pastoral, da recepção dos processos sinodais de toda a Igreja, das iniciativas no âmbito da *salv guarda*, bem como da administração das finanças e dos bens temporais. É necessário, portanto, reforçar as disposições canônicas sobre o assunto, de modo a refletir melhor o caráter sinodal missionário de cada Igreja local, prevendo que os Sínodos diocesanos e as Assembleias eparquiais se reúnam em intervalos regulares e não muito infrequentes.

## Parte IV - Muita pesca

### Conversão de títulos

*Mas os outros discípulos vieram com o barco, arrastando a rede cheia de peixes [...] Então Simão Pedro subiu no barco e puxou a rede cheia de cento e cinquenta e três grandes peixes para a praia. E, embora fossem muitos, a rede não se rompeu (Jo 21:8.11).*

109. As redes lançadas sobre a palavra do Ressuscitado permitiram uma pesca abundante. Todos colaboram para arrastar a rede, mas Pedro tem um papel especial. No Evangelho, a pesca é uma ação realizada em conjunto: cada um tem uma tarefa precisa, diferente, mas coordenada com a dos outros. Assim é a Igreja sinodal, feita de vínculos que unem em comunhão e de espaços para a variedade de cada povo e de cada cultura. Em um momento em que a experiência dos lugares onde a Igreja está enraizada e peregrina está mudando, é necessário cultivar de novas formas a troca de dons e o entrelaçamento dos vínculos que nos unem, sustentados pelo ministério dos Bispos em comunhão entre si e com o Bispo de Roma.

#### **Enraizado e peregrino**

110. A proclamação do Evangelho, ao despertar a fé no coração de homens e mulheres, leva ao estabelecimento de uma Igreja em um determinado lugar. A Igreja não pode ser compreendida sem estar enraizada em um território concreto, em um espaço e tempo onde se forma uma experiência compartilhada de encontro com Deus que salva. A dimensão local da Igreja preserva a rica diversidade de expressões de fé enraizadas em contextos culturais e históricos específicos, e a comunhão das Igrejas manifesta a comunhão dos fiéis dentro da única Igreja. A conversão sinodal, portanto, convida cada pessoa a ampliar o espaço de seu coração, o primeiro "lugar" onde ressoam todos os nossos relacionamentos, enraizados no relacionamento pessoal de cada pessoa com Cristo Jesus e Sua Igreja. Essa é a fonte e a condição para qualquer reforma em uma chave sinodal dos vínculos de pertencimento e dos lugares eclesiais. A ação pastoral não pode se limitar a cuidar dos relacionamentos entre as pessoas que já se sentem em sintonia umas com as outras, mas deve promover o encontro com cada homem e mulher.

111. A experiência de enraizamento deve se adaptar às profundas mudanças socioculturais que estão alterando a percepção dos lugares. O conceito de lugar não pode mais ser entendido em termos puramente geográficos e espaciais, mas em nosso tempo evoca o pertencimento a uma rede de relações e a uma cultura cujas raízes territoriais são mais dinâmicas e flexíveis do que nunca. A urbanização é um dos principais fatores dessa mudança: hoje, pela primeira vez na história da humanidade, a maioria da população mundial vive em ambientes urbanos. As grandes cidades geralmente são aglomerações humanas sem história ou identidade, nas quais as pessoas vivem como ilhas. Os laços territoriais tradicionais mudam de significado, tornando os limites das paróquias e dioceses menos definidos. A Igreja é chamada a viver nesses contextos, reconstruindo a vida comunitária, dando um rosto a realidades anônimas e tecendo relações fraternas. Para isso, além de

aproveitar ao máximo as estruturas que ainda são adequadas, é necessária uma criatividade missionária que explore novas formas de cuidado pastoral e identifique caminhos concretos de cuidado. É verdade, porém, que as realidades rurais, algumas das quais são verdadeiras periferias



existenciais, não devem ser negligenciadas e exigem atenção pastoral específica, assim como os locais de marginalização e exclusão.

112. Nossa época também é caracterizada pelo aumento da mobilidade humana, motivada por várias razões. Os refugiados e migrantes geralmente formam comunidades dinâmicas, inclusive em suas práticas religiosas, tornando o local onde se estabelecem multicultural. Alguns deles mantêm laços estreitos com seus países de origem, especialmente graças à mídia digital, e têm dificuldade em criar vínculos no novo país; outros permanecem sem raízes. Os habitantes dos locais de imigração também são desafiados pela recepção daqueles que chegam. Todos eles sofrem o impacto causado pelo encontro com a diversidade de origens geográficas, culturais e linguísticas e são chamados a construir comunidades interculturais. O impacto dos fenômenos migratórios na vida das Igrejas não deve ser negligenciado. Emblemática nesse sentido é a situação de algumas Igrejas Católicas Orientais, devido ao crescente número de fiéis em diáspora; são necessárias novas abordagens para que os vínculos com sua Igreja de origem sejam mantidos e novos sejam criados, respeitando as diferentes raízes espirituais e culturais.

113. A disseminação da cultura digital, particularmente evidente entre os jovens, também está mudando profundamente a percepção do espaço e do tempo, influenciando as atividades diárias, as comunicações e os relacionamentos interpessoais, inclusive a fé. As possibilidades oferecidas pela Internet reconfiguram relacionamentos, laços e fronteiras. Embora hoje estejamos mais conectados do que nunca, muitas vezes sentimos solidão e marginalização. Além disso, *as mídias sociais* podem ser usadas por interesses econômicos e políticos que, ao manipular as pessoas, disseminam ideologias e geram polarizações agressivas. Essa realidade nos encontra despreparados e exige que dediquemos recursos para que o ambiente digital seja um lugar profético para a missão e a proclamação. As igrejas locais devem incentivar, apoiar e acompanhar aqueles que estão engajados em missões no ambiente digital. As comunidades e os grupos digitais cristãos, especialmente de jovens, também são chamados a refletir sobre como criam laços de pertencimento, promovem o encontro e o diálogo, oferecem formação entre pares e desenvolvem um modo sinodal de ser Igreja. A rede de conexões oferece novas oportunidades para viver melhor a dimensão sinodal da Igreja.

114. Esses desenvolvimentos sociais e culturais exigem que a Igreja repense o significado de sua dimensão "local" e questione suas formas organizacionais para melhor servir à sua missão. Embora reconhecendo o valor do enraizamento em contextos geográficos e culturais concretos, é essencial entender o "local" como a realidade histórica na qual a experiência humana toma forma. É ali, na teia de relações estabelecidas ali, que a Igreja é chamada a expressar sua sacramentalidade (cf. LG 1) e a realizar sua missão.

115. A relação entre lugar e espaço também sugere uma reflexão sobre a Igreja como "lar". Quando não é entendida como um espaço fechado e inacessível, a ser defendido a todo custo, a imagem do lar evoca possibilidades de acolhimento, hospitalidade e inclusão. A própria criação é um lar comum, no qual os membros da única família humana vivem com todas as outras criaturas. Nosso compromisso, sustentado pelo Espírito, é garantir que a Igreja seja vista como um lar acolhedor, um sacramento de encontro e salvação, uma escola de comunhão para todos os filhos e filhas de Deus. A Igreja também é o Povo de Deus em uma jornada com Cristo, na qual todos são

chamado a ser um peregrino da esperança. A prática tradicional das peregrinações é um sinal disso. A piedade popular é um dos lugares de uma Igreja sinodal missionária.

116. A Igreja local, entendida como Diocese ou Eparquia, é a esfera fundamental na qual a comunhão em Cristo dos batizados se manifesta de maneira mais plena. Nela, a comunidade se reúne na celebração da Eucaristia presidida pelo bispo. Cada Igreja local se articula dentro de si mesma e, ao mesmo tempo, se relaciona com as outras Igrejas locais.

117. Uma das principais articulações da Igreja local que a história nos transmitiu é a paróquia. A comunidade paroquial, que se reúne na celebração da Eucaristia, é um lugar privilegiado de relacionamento, acolhida, discernimento e missão. As mudanças na concepção e na maneira de viver o relacionamento com o território exigem uma reconsideração de sua configuração. O que a caracteriza é ser uma proposta comunitária não eletiva. Ela reúne pessoas de diferentes gerações, profissões, origens geográficas, classes sociais e condições de vida. Para responder às novas exigências da missão, ela é chamada a se abrir a formas inéditas de ação pastoral que levem em conta a mobilidade das pessoas e o "território existencial" em que suas vidas se desenvolvem. Ao promover a Iniciação Cristã de maneira especial e oferecer acompanhamento e formação, ela poderá apoiar as pessoas nos diferentes estágios da vida e no cumprimento de sua missão no mundo. Assim, ficará mais claro que a paróquia não é egocêntrica, mas orientada para a missão e chamada a apoiar o compromisso de tantas pessoas que, de diferentes maneiras, vivem e dão testemunho de sua fé em sua profissão e em atividades sociais, culturais e políticas. Em muitas regiões do mundo, as pequenas comunidades cristãs ou as comunidades eclesiais de base são o terreno no qual podem florescer relações intensas de proximidade e reciprocidade, oferecendo a oportunidade de viver concretamente a sinodalidade.

118. Reconhecemos a capacidade dos Institutos de Vida Consagrada, das Sociedades de Vida Apostólica, bem como das Associações, dos Movimentos e das novas Comunidades, de se enraizarem no território e, ao mesmo tempo, de conectar diferentes lugares e esferas, mesmo em nível nacional ou internacional. Muitas vezes, é a ação deles, juntamente com a de tantas pessoas individuais e grupos informais, que leva o Evangelho aos mais diversos lugares: hospitais, prisões, lares para idosos, centros de acolhimento para migrantes, menores, marginalizados e vítimas de violência; lugares de educação e treinamento, escolas e universidades, onde jovens e famílias se encontram; lugares de cultura, política e desenvolvimento humano integral, onde novas formas de convivência são imaginadas e construídas. Também olhamos com gratidão para os mosteiros, locais de convocação e discernimento, profecia de um "além", que diz respeito a toda a Igreja e orienta seu caminho. É responsabilidade específica do bispo diocesano ou eparquial animar essa multiplicidade e cuidar dos laços de unidade. Os institutos e as agregações são chamados a agir em sinergia com a Igreja local, participando do dinamismo da sinodalidade.

119. Também a valorização dos lugares "intermediários" entre a Igreja local e a Igreja universal

- como províncias eclesiásticas e agrupamentos de igrejas em nível nacional ou continental
- pode promover uma presença mais significativa da Igreja nos lugares de nosso tempo. O aumento da mobilidade e as interconexões de hoje tornam as fronteiras entre as Igrejas fluidas e, muitas vezes, exigem pensar e agir dentro de um "vasto território sociocultural", no qual, excluindo qualquer forma de "falso particularismo", a vida cristã é "proporcional ao gênio e

ao caráter de cada cultura" (AG 22).

## Troca de presentes

120. Caminhar juntos nos diferentes lugares como discípulos de Jesus na diversidade de carismas e ministérios, bem como na troca de dons entre as Igrejas, é um sinal efetivo da presença do amor e da misericórdia de Deus em Cristo, que acompanha, sustenta e dirige, no sopro do Espírito Santo, a jornada da humanidade em direção ao Reino. A troca de dons envolve todas as dimensões da vida da Igreja. Constituída em Cristo como Povo de Deus por todos os povos da terra e dinamicamente articulada na comunhão das Igrejas locais, de seus agrupamentos, das Igrejas *sui iuris* dentro da Igreja una e católica, ela vive sua missão promovendo e acolhendo "todas as riquezas, recursos e formas de vida dos povos naquilo que eles têm de bom e, acolhendo-os, purifica-os, consolida-os e eleva-os" (LG 13). A exortação do apóstolo Pedro - "como bons administradores da multiforme graça de Deus, cada um de vocês ponha o dom que recebeu a serviço dos outros" (1 Pedro 4:10) - pode certamente ser aplicada a cada Igreja local. Um exemplo paradigmático e inspirador dessa troca de dons, que precisa ser vivido e revisitado com especial cuidado hoje em dia, devido às circunstâncias históricas alteradas e urgentes, é aquele entre as Igrejas de tradição latina e as Igrejas católicas orientais. Um horizonte significativo de novidade e esperança, no qual podem ser realizadas formas de intercâmbio de dons, busca do bem comum e compromisso coordenado em questões sociais de relevância global, é aquele que está tomando forma, por exemplo, em grandes áreas geográficas supranacionais e interculturais, como a Amazônia, a bacia do rio Congo e o mar Mediterrâneo.

121. A Igreja, em nível local e em sua unidade católica, propõe-se como uma rede de relações através da qual circula e se promove a profecia da cultura do encontro, da justiça social, da inclusão dos grupos marginalizados, da fraternidade entre os povos, do cuidado da casa comum. O exercício concreto dessa profecia exige que os bens de cada Igreja sejam compartilhados em um espírito de solidariedade, sem paternalismo e assistencialismo, respeitando as diferentes identidades e promovendo uma sadia reciprocidade, com o compromisso - onde for necessário - de curar as feridas da memória e de empreender caminhos de reconciliação. A troca de presentes e o compartilhamento de recursos entre as igrejas locais em diferentes regiões promovem a unidade da Igreja, criando vínculos entre as comunidades cristãs envolvidas. É necessário focar as condições a serem asseguradas para que os presbíteros que vêm em auxílio das Igrejas pobres em clero não sejam apenas um remédio funcional, mas um recurso para o crescimento da Igreja que os envia e da Igreja que os recebe. Da mesma forma, devemos trabalhar para garantir que a ajuda econômica não se degenera em assistencialismo, mas promova a solidariedade evangélica e seja administrada de forma transparente e confiável.

122. A troca de presentes também tem um significado crucial na jornada rumo à unidade plena e visível entre todas as Igrejas e Comunhões cristãs e, além disso, é um sinal eficaz dessa unidade, na fé e no amor de Cristo, que promove a credibilidade e o impacto da missão cristã (cf. Jo 17,21). São João Paulo II aplicou essa expressão ao diálogo ecumênico: "O diálogo não é apenas uma troca de ideias. De alguma forma, é sempre uma 'troca de dons'" (UUS 28). Foi no compromisso de encarnar o único Evangelho na diversidade de contextos culturais, circunstâncias históricas e desafios sociais que as diferentes tradições cristãs, ouvindo a Palavra de Deus e a voz do Espírito Santo, geraram, ao longo dos séculos, frutos abundantes de santidade, caridade, espiritualidade, teologia e solidariedade em nível social e

cultural. Chegou a hora de valorizar essas preciosas riquezas: com generosidade, com sinceridade, sem preconceitos, com gratidão ao Senhor, com

A Igreja deve se abrir mutuamente, oferecendo-os uns aos outros sem presumir que sejam nossa propriedade exclusiva. O exemplo dos santos e das testemunhas da fé de outras Igrejas e Comunhões cristãs também é um presente que podemos receber, incluindo sua memória em nosso calendário litúrgico, especialmente os mártires.

123. O *Documento sobre a Fraternidade Humana para a Paz Mundial e a Coexistência Comum*, assinado pelo Papa Francisco e pelo Grande Imã de Al-Azhar Ahmed Al-Tayyeb em Abu Dhabi, em 4 de fevereiro de 2019, declara a vontade de "adotar a cultura do diálogo como caminho, a colaboração comum como conduta, o conhecimento mútuo como método e critério". Essa não é uma aspiração ou um aspecto opcional na jornada do Povo de Deus na história de hoje. Nesse caminho, uma Igreja sinodal se compromete a caminhar, nos diversos lugares onde vive, com fiéis de outras religiões e com pessoas de outras convicções, compartilhando livremente a alegria do Evangelho e aceitando com gratidão seus respectivos dons: construir juntos, como irmãos e irmãs, em um espírito de intercâmbio e ajuda mútua (cf. GS 40), a justiça, a fraternidade, a paz e o diálogo inter-religioso. Em algumas regiões, pequenas comunidades de bairro, onde as pessoas se encontram independentemente de sua afiliação religiosa, proporcionam um ambiente propício para um diálogo tríplice: de vida, ação e oração.

### **Links para a unidade: Conferências Episcopais e Assembléias Eclesiais**

124. O horizonte da comunhão na troca de dons é o critério orientador das relações entre as Igrejas. Ele combina a atenção aos vínculos que formam a unidade de toda a Igreja com o reconhecimento e a valorização das particularidades ligadas ao contexto em que vive cada Igreja local, com sua história e tradição. A adoção de um estilo sinodal permite que as Igrejas se movam em ritmos diferentes. As diferenças de ritmo podem ser valorizadas como uma expressão de diversidade legítima e como uma oportunidade de troca de dons e enriquecimento mútuo. Esse horizonte comum exige o discernimento, a identificação e a promoção de estruturas e práticas concretas para ser uma Igreja sinodal em missão.

125. As Conferências Episcopais expressam e concretizam a colegialidade dos Bispos para promover a comunhão entre as Igrejas e responder de forma mais eficaz às necessidades da vida pastoral. Elas são uma ferramenta fundamental para criar vínculos, compartilhar experiências e boas práticas entre as Igrejas, adaptando a vida cristã e a expressão da fé às diferentes culturas. Elas também desempenham um papel importante no desenvolvimento da sinodalidade, com o envolvimento de todo o povo de Deus. Com base no que surgiu durante o processo sinodal, propõe-se o seguinte

- a) para reunir os frutos da reflexão sobre o status teológico e legal das Conferências Episcopais;
- b) especificar o âmbito da competência doutrinal e disciplinar das Conferências Episcopais. Sem comprometer a autoridade do Bispo na Igreja que lhe foi confiada, nem pôr em perigo a unidade e a catolicidade da Igreja, o exercício colegial dessa competência pode favorecer o ensino autêntico da única fé de maneira adequada e inculturada nos vários contextos, identificando as expressões litúrgicas, catequéticas, disciplinares, pastorais, teológicas e espirituais apropriadas (cf. AG 22);
- c) realizar uma avaliação da experiência do funcionamento atual das Conferências

Episcopais, das relações entre os episcopados e com a Santa Sé, a fim de identificar reformas

medidas concretas a serem implementadas. As visitas *ad limina Apostolorum* poderiam ser uma oportunidade favorável para essa avaliação;

- d) para garantir que todas as dioceses façam parte de uma província eclesiástica e de uma Conferência Episcopal (cf. CD 40);
- e) especificar o vínculo eclesial que as decisões tomadas por uma Conferência Episcopal geram, com relação à própria diocese, para cada bispo que participou dessas mesmas decisões;

126. No processo sinodal, as sete Assembleias Eclesiais Continentais, que aconteceram no início de 2023, representaram uma novidade significativa e são um legado a ser valorizado como uma forma eficaz de implementar o ensinamento do Concílio sobre o valor de "cada grande território sociocultural" na busca de "uma acomodação mais profunda de toda a esfera da vida cristã" (AG 22). Seu status teológico e canônico precisará ser melhor esclarecido, assim como o dos agrupamentos continentais das Conferências Episcopais, para que seja possível explorar seu potencial para o desenvolvimento de uma Igreja sinodal. Cabe particularmente aos Presidentes dos agrupamentos continentais das Conferências Episcopais incentivar e apoiar a continuação dessa experiência.

127. Nas assembleias eclesiais (regionais, nacionais, continentais) os membros, que expressam e representam a variedade do Povo de Deus (inclusive os Bispos), participam do discernimento que permitirá aos Bispos, colegialmente, tomar as decisões às quais estão obrigados em virtude do ministério que lhes foi confiado. Essa experiência mostra como a sinodalidade permite articular concretamente o envolvimento de todos (o povo santo de Deus) e o ministério de alguns (o colégio dos bispos) no processo de tomada de decisões relativas à missão da Igreja. Propõe-se que o discernimento possa incluir, em formas adaptadas à diversidade dos contextos, espaços de escuta e diálogo com outros cristãos, representantes de outras religiões, instituições públicas, organizações da sociedade civil e a sociedade em geral.

128. Devido a situações sociais e políticas particulares, algumas Conferências Episcopais têm dificuldade de participar de assembleias continentais ou de organismos eclesiais supranacionais. Caberá à Santa Sé ajudar essas Conferências Episcopais, promovendo o diálogo e a confiança mútua com os Estados, de modo que lhes seja dada a oportunidade de estabelecer relações com outras Conferências Episcopais, com vistas ao intercâmbio de dons.

129. Para conseguir uma "salutar 'descentralização'" (EG 16) e uma efetiva inculturação da fé, é necessário não só reconhecer o papel das Conferências Episcopais, mas também reavaliar a instituição dos Conselhos particulares, tanto provinciais como plenários, cuja celebração periódica tem sido uma obrigação durante grande parte da história da Igreja e que estão previstos pelo direito vigente no sistema jurídico latino (cf. CIC cân. 439-446). Elas devem ser convocadas periodicamente. O procedimento para o reconhecimento das conclusões dos Concílios particulares pela Santa Sé (*recognitio*) deveria ser reformado, para encorajar sua publicação oportuna, indicando limites de tempo precisos ou, no caso de questões puramente pastorais ou disciplinares (não diretamente concernentes a questões de fé, moral ou disciplina sacramental), introduzindo uma presunção legal, equivalente ao consentimento tácito.



## O serviço do bispo de Roma

130. O processo sinodal também ajudou a revisitar as formas de exercer o ministério do Bispo de Roma à luz da sinodalidade. A sinodalidade, de fato, articula de modo sinfônico as dimensões comunitária ("todos"), colegial ("alguns") e pessoal ("um") das Igrejas individuais e de toda a Igreja. Nessa perspectiva, o ministério petrino do Papa é inerente à dinâmica sinodal, assim como o aspecto comunitário, que inclui todo o Povo de Deus, e a dimensão colegial do ministério episcopal (cf. CTI, n. 64).

131. Portanto, podemos entender o escopo da declaração conciliar de que "Na comunhão eclesial existem legitimamente as Igrejas particulares, que gozam de suas próprias tradições, sem prejuízo do primado da Cátedra de Pedro, que preside a comunhão universal da caridade, garante as legítimas diversidades e, ao mesmo tempo, vela para que o particular não só não prejudique a unidade, mas, ao contrário, esteja a seu serviço" (LG 13). O Bispo de Roma, princípio e fundamento da unidade da Igreja (cf. LG 23), é o garante da sinodalidade: cabe a ele convocar a Igreja em Sínodo, presidi-lo e confirmar seus resultados. Como sucessor de Pedro, ele tem um papel único na salvaguarda do depósito da fé e da moral, garantindo que os processos sinodais sejam frutíferos para a unidade e o testemunho. Juntamente com o Bispo de Roma, o Colégio dos Bispos tem um papel insubstituível no pastoreio de toda a Igreja (cf. LG 22-23) e na promoção da sinodalidade em todas as Igrejas locais.

132. Como garantidor da unidade na diversidade, o Bispo de Roma assegura a preservação da identidade das Igrejas Católicas Orientais, respeitando suas tradições teológicas, canônicas, litúrgicas, espirituais e pastorais seculares. Essas Igrejas são dotadas de suas próprias estruturas sinodais deliberativas: Sínodo dos Bispos das Igrejas Patriarcais e Arquiepiscopais Maiores (cf. CCEO c. 102. ff., 152), Conselho Provincial (cf. CCEO can. 137), Conselho dos Hierarcas (cf. CCEO cc. 155, § 1, 164 ff.) e, finalmente, Assembleias dos Hierarcas das diversas Igrejas *sui iuris* (cf. CCEO can. 322). Como Igrejas *sui iuris* em plena comunhão com o Bispo de Roma, elas preservam sua identidade e autonomia orientais. No âmbito da sinodalidade, é oportuno revisitar a história juntos para curar as feridas do passado e aprofundar as formas em que a comunhão pode ser vivida, o que também implica uma adaptação nas relações entre as Igrejas Católicas Orientais e a Cúria Romana. As relações entre a Igreja latina e as Igrejas católicas orientais devem ser caracterizadas por uma troca de dons, colaboração e enriquecimento mútuo.

133. Para aumentar essas relações, a Assembleia Sinodal propõe a criação de um Conselho de Patriarcas, Arcebispos Maiores e Metropolitanos das Igrejas Católicas Orientais presidido pelo Papa, que seria uma expressão de sinodalidade e um instrumento para promover a comunhão e o compartilhamento do patrimônio litúrgico, teológico, canônico e espiritual. O êxodo de muitos fiéis orientais para regiões de rito latino corre o risco de comprometer sua identidade. Para lidar com essa situação, instrumentos e normas devem ser desenvolvidos para fortalecer a cooperação entre a Igreja Latina e as Igrejas Católicas Orientais, tanto quanto possível. A Assembleia Sinodal recomenda um diálogo sincero e uma cooperação fraterna entre os Bispos latinos e orientais, para assegurar um melhor cuidado pastoral aos fiéis orientais que carecem de Presbíteros de seu próprio rito e para garantir, com a devida autonomia, a participação dos Bispos orientais nas Conferências Episcopais. Finalmente, ele propõe ao Santo Padre a convocação de um Sínodo Especial para promover a

consolidação e o renascimento das Igrejas Católicas Orientais.

134. A reflexão sobre o exercício do ministério petrino em uma chave sinodal deve ser conduzida na perspectiva da "saudável 'descentralização'" (EG 16), instada pelo Papa Francisco e solicitada por muitas Conferências Episcopais. Na formulação dada pela Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium*, ela implica "deixar à competência dos Pastores a faculdade de resolver, no exercício da 'sua própria tarefa de mestres' e de Pastores, as questões que eles conhecem bem e que não afetam a unidade da doutrina, da disciplina e da comunhão da Igreja, agindo sempre com aquela corresponsabilidade que é fruto e expressão daquele específico *mysterium communionis* que é a Igreja" (EP II, 2). Para prosseguir nessa direção, pode-se identificar, por meio de um estudo teológico e canônico, quais assuntos devem ser reservados ao Papa (*reservatio papalis*) e quais podem ser devolvidos aos Bispos em suas Igrejas ou agrupamentos de Igrejas, de acordo com o recente Motu Proprio *Competentias quasdam decernere* (15 de fevereiro de 2022). De fato, ele atribui "certas competências, no que diz respeito à codificação de disposições destinadas a garantir a unidade da disciplina de toda a Igreja, ao poder executivo das Igrejas e instituições eclesiais locais" com base na "dinâmica eclesial da comunhão" (proem). A elaboração da legislação canônica por aqueles que têm a tarefa e a autoridade na Igreja também deve ter um estilo sinodal e amadurecer como fruto do discernimento eclesial.

135. A Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium* configurou o serviço da Cúria Romana em um sentido sinodal e missionário, insistindo que ela "não se coloca entre o Papa e os Bispos, mas se coloca a serviço de ambos da maneira que é própria da natureza de cada um" (EP I.8). Sua implementação deve promover maior colaboração entre os Dicastérios e incentivar a escuta das Igrejas locais. Antes de publicar documentos normativos importantes, os Dicastérios são instados a iniciar uma consulta com as Conferências Episcopais e os órgãos correspondentes das Igrejas Católicas Orientais. Na lógica da transparência e da responsabilidade, delineada acima, poderiam ser previstas formas de avaliação periódica do trabalho da Cúria. Essa avaliação, em uma perspectiva sinodal missionária, poderia dizer respeito também aos Representantes Pontifícios. As visitas *ad limina Apostolorum* são o ponto alto das relações dos Pastores das Igrejas locais com o Bispo de Roma e seus colaboradores mais próximos na Cúria Romana. Muitos Bispos gostariam de ver uma revisão da forma em que elas ocorrem, de modo a torná-las cada vez mais ocasiões de intercâmbio aberto e escuta mútua. É importante para o bem da Igreja promover o conhecimento mútuo e os laços de comunhão entre os membros do Colégio de Cardeais, levando em conta também sua diversidade de origem e cultura. A sinodalidade deve inspirar sua colaboração no ministério petrino e seu discernimento colegial nos consistórios ordinários e extraordinários.

136. Entre os lugares para praticar a sinodalidade e a colegialidade em nível de toda a Igreja, certamente se destaca o Sínodo dos Bispos, que a Constituição Apostólica *Episcopalis communio* transformou de um evento pontual em um processo eclesial. Estabelecido por São Paulo VI como uma assembleia de Bispos convocada para participar, através do conselho, da solicitude do Romano Pontífice por toda a Igreja, ele é agora, na forma de um processo por etapas, uma expressão e um instrumento da relação constitutiva entre todo o Povo de Deus, o Colégio dos Bispos e o Papa. De fato, todo o santo Povo de Deus, os Bispos aos quais são confiadas suas porções individuais e o Bispo de Roma participam plenamente do processo sinodal, cada um de acordo com sua própria função. Essa participação é manifestada pela Assembleia Sinodal reunida em torno do

Papa, que, em sua composição, mostra a catolicidade da Igreja. Em particular, como explicou o Papa Francisco, a composição desta XVI Assembleia Geral Ordinária é "mais do que um fato contingente. Ela expressa um modo de exercer o ministério episcopal coerente com a Tradição viva das Igrejas e com o ensinamento do Concílio Vaticano II" (*Discurso à Primeira Congregação Geral da Segunda Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*, 2 de outubro de 2024). O Sínodo dos Bispos, embora preservando sua natureza episcopal, viu e continuará a ver na participação de outros membros do Povo de Deus "a forma que o exercício da autoridade episcopal é chamado a assumir em uma Igreja consciente de ser constitutivamente relacional e, por essa razão, sinodal" (*ibid.*) para a missão. No aprofundamento da identidade do Sínodo dos Bispos, é essencial que a articulação entre o envolvimento de todos (o santo Povo de Deus), o ministério de alguns (o Colégio dos Bispos) e a presidência de um (o Sucessor de Pedro) apareça e seja concretamente realizada no processo sinodal e nas Assembléias.

137. Entre os frutos mais significativos do Sínodo 2021-2024 está a intensidade do impulso ecumênico. A necessidade de encontrar "uma forma de exercício do Primado que [...] esteja aberta a uma nova situação" (UUS 95) é um desafio fundamental tanto para uma Igreja sinodal missionária quanto para a unidade dos cristãos. O Sínodo acolhe com satisfação a recente publicação do Dicastério para a Promoção da Unidade dos Cristãos *O Bispo de Roma. Primacy and Synodality in Ecumenical Dialogues and Responses to the Encyclical Ut Unum Sint*, que oferece insights para um estudo mais aprofundado. O documento mostra que a promoção da unidade cristã é um aspecto essencial do ministério do bispo de Roma e que a jornada ecumênica promoveu uma compreensão mais profunda disso. As propostas concretas que ele contém, relativas a uma releitura ou a um comentário oficial sobre as definições dogmáticas do Concílio Vaticano I sobre o primado, uma distinção mais clara entre as diferentes responsabilidades do Papa, a promoção da sinodalidade e a busca de um modelo de unidade baseado em uma eclesiologia de comunhão, oferecem perspectivas promissoras para a jornada ecumênica. A Assembleia Sinodal espera que este documento sirva de base para uma reflexão mais aprofundada com outros cristãos, "obviamente juntos", sobre o exercício do ministério da unidade do Bispo de Roma como "um serviço de amor reconhecido uns pelos outros" (UUS 95).

138. A riqueza representada pela participação de Delegados Fraternos de outras Igrejas e Comunhões Cristãs na Assembleia Sinodal nos convida a prestar mais atenção às práticas sinodais de nossos parceiros ecumênicos, tanto no Oriente quanto no Ocidente. O diálogo ecumênico é fundamental para o desenvolvimento de uma compreensão da sinodalidade e da unidade da Igreja. Ele nos leva a imaginar práticas sinodais ecumênicas, até mesmo a formas de consulta e discernimento sobre questões de interesse comum e urgente, como a celebração de um sínodo ecumênico sobre evangelização. Ela também nos convida a sermos mutuamente responsáveis por quem somos, pelo que fazemos e pelo que ensinamos. Na raiz dessa possibilidade está o fato de estarmos unidos no único Batismo, do qual flui a identidade do Povo de Deus e o dinamismo da comunhão, da participação e da missão.

139. O Ano Jubilar de 2025 também marca o aniversário do primeiro Concílio Ecumênico, no qual o Símbolo da Fé que une todos os cristãos foi formulado de forma sinodal. A preparação e a comemoração conjunta do 1700º aniversário do Concílio de Nicéia devem ser uma oportunidade para aprofundar e confessar a fé cristológica juntos e colocar em

prática formas de sinodalidade entre os cristãos de todas as tradições. Será

também uma oportunidade de lançar iniciativas ousadas para uma data comum de Páscoa, para que possamos celebrar a ressurreição do Senhor no mesmo dia, como providencialmente acontecerá em 2025, e assim dar maior força missionária à proclamação Daquele que é a vida e a salvação do mundo inteiro.

## Parte V - "Eu também te envio".

### Formação de uma população de discípulos missionários

*Jesus lhes disse novamente: "A paz esteja com vocês! Assim como o Pai me enviou, eu também envio vocês". Tendo dito isso, ele soprou e lhes disse: "Recebam o Espírito Santo" (Jo 20:21-22).*

140. Na noite de Páscoa, Cristo entrega o dom messiânico de Sua paz aos discípulos e os torna participantes de Sua missão. Sua paz é a plenitude do ser, a harmonia com Deus, com seus irmãos e irmãs e com a criação; a missão é proclamar o Reino de Deus, oferecendo a misericórdia e o amor do Pai a todas as pessoas, sem excluir ninguém. O gesto delicado que acompanha as palavras do Ressuscitado lembra o que Deus fez no início. Agora, no Cenáculo, com o sopro do Espírito, começa a nova criação: nasce um povo de discípulos missionários.

141. Para que o santo Povo de Deus possa testemunhar toda a alegria do Evangelho, crescendo na prática da sinodalidade, é necessária uma formação adequada: antes de tudo, à liberdade de filhos e filhas de Deus no seguimento de Jesus Cristo, contemplado na oração e reconhecido nos pobres. A sinodalidade, de fato, implica uma profunda consciência vocacional e missionária, fonte de um estilo renovado nas relações eclesiais, de novas dinâmicas participativas e de discernimento eclesial, e de uma cultura da avaliação, que não pode ser estabelecida sem o acompanhamento de processos formativos específicos. A formação no estilo sinodal da Igreja promoverá a consciência de que os dons recebidos no Batismo são talentos que devem ser colocados em prática para o bem de todos: não podem ser escondidos ou permanecer inoperantes.

142. A formação de discípulos missionários começa com a Iniciação Cristã e está enraizada nela. Na história de cada um, há o encontro com muitas pessoas e grupos ou pequenas comunidades que ajudaram a nos introduzir no relacionamento com o Senhor e na comunhão da Igreja: pais e familiares, padrinhos e madrinhas, catequistas e educadores, animadores da liturgia e trabalhadores no campo da caridade, diáconos, sacerdotes e o próprio bispo. Às vezes, uma vez concluída a jornada de iniciação, o vínculo com a comunidade enfraquece e a formação é negligenciada. Ser discípulos missionários do Senhor, entretanto, não é uma meta alcançada de uma vez por todas. Isso implica conversão contínua, crescimento no amor "até a medida da plenitude de Cristo" (Ef 4:13) e abertura aos dons do Espírito para um testemunho vivo e alegre da fé. É por isso que é importante redescobrir como a celebração dominical da Eucaristia forma os cristãos: "A plenitude da nossa formação é a conformação a Cristo [...]: não se trata de um processo mental e abstrato, mas de nos tornarmos Ele" (DD 41). Para muitos fiéis, a Eucaristia dominical é o único contato com a Igreja: cuidar de sua celebração da melhor maneira possível, com atenção especial à homilia e à "participação ativa" (SC 14) de todos, é decisivo para a sinodalidade. Na Missa, de fato, ela acontece como uma graça concedida do alto, antes de ser o resultado de nossos próprios esforços: sob a presidência *de um* e graças ao ministério de *alguns*, *todos* podem participar da dupla mesa da Palavra e do Pão. O dom da comunhão, da missão e da participação - as três pedras angulares da sinodalidade - é realizado e renovado em cada Eucaristia.

143. Uma das exigências que emergiu com mais força e de todos os lados durante o processo sinodal é que a formação seja integral, contínua e compartilhada. Seu objetivo não é apenas a aquisição de conhecimento teórico, mas a promoção de habilidades de abertura e encontro, de compartilhamento e colaboração, de reflexão e discernimento em comum, de leitura teológica de experiências concretas. Deve, portanto, questionar todas as dimensões da pessoa (intelectual, afetiva, relacional e espiritual) e incluir experiências concretas que sejam adequadamente acompanhadas. Igualmente pronunciada foi a insistência na necessidade de uma formação da qual participem juntos homens e mulheres, leigos, pessoas consagradas, ministros ordenados e candidatos ao ministério ordenado, permitindo-lhes assim crescer no conhecimento e na estima recíprocos e na capacidade de colaborar. Isso requer a presença de formadores idôneos e competentes, capazes de confirmar com a própria vida o que transmitem com as próprias palavras: somente assim a formação será verdadeiramente geradora e transformadora. Tampouco devemos ignorar a contribuição que as disciplinas pedagógicas podem dar para a preparação de cursos de formação bem direcionados, atentos aos processos de aprendizagem na idade adulta e ao acompanhamento de indivíduos e comunidades. Portanto, devemos investir no treinamento de instrutores.

144. A Igreja já tem muitos lugares e recursos para a formação de discípulos missionários: famílias, pequenas comunidades, paróquias, agregações eclesiais, seminários, comunidades religiosas, instituições acadêmicas, mas também lugares de serviço e trabalho com os marginalizados, experiências missionárias e de voluntariado. Em todas essas esferas, a comunidade expressa sua capacidade de educar no discipulado e de acompanhar no testemunho, em um encontro que frequentemente reúne pessoas de diferentes gerações. A piedade popular também é um tesouro precioso da Igreja, que ensina todo o povo de Deus no caminho. Na Igreja, ninguém é mero receptor de formação: todos são sujeitos ativos e têm algo a dar aos outros.

145. Entre as práticas formativas que podem receber um novo impulso da sinodalidade, uma atenção particular deve ser dada à catequese, para que, além de diminuir nos itinerários da Iniciação Cristã, seja cada vez mais "extrovertida" e extrovertida. As comunidades de discípulos missionários saberão praticá-la no sinal da misericórdia e aproximá-la da experiência de cada pessoa, levando-a às periferias existenciais, sem com isso perder a referência ao *Catecismo da Igreja Católica*. Assim, ela pode se tornar um "laboratório de diálogo" com os homens e as mulheres de nosso tempo (cf. Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização, *Diretório para a Catequese*, 54) e iluminar sua busca de sentido. Em muitas Igrejas, os catequistas são o recurso fundamental para o acompanhamento e a formação; em outras, seu serviço deve ser mais valorizado e apoiado pela comunidade, afastando-se de uma lógica de delegação, que contradiz a sinodalidade. Considerando a extensão dos fenômenos migratórios, é importante que a catequese promova o conhecimento mútuo entre as Igrejas dos países de origem e de acolhida.

146. Além dos ambientes e recursos especificamente pastorais, a comunidade cristã está presente em muitas outras instituições de formação, como escolas, formação profissional, universidades, formação para o compromisso social e político, o mundo do esporte, da música e da arte. Apesar da diversidade dos contextos culturais, que determinam práticas e tradições muito diferentes, as instituições de formação de inspiração católica estão frequentemente em contato com pessoas que não frequentam outros ambientes eclesiais. Inspiradas pelas práticas



de sinodalidade, elas podem se tornar um laboratório de relacionamentos amigáveis e participativos, em um contexto em que a

O testemunho de vida, as habilidades e a organização educacional são principalmente leigos e envolvem as famílias como prioridade. Em particular, as escolas e as universidades de inspiração católica desempenham um papel importante no diálogo entre fé e cultura e na educação moral em valores, oferecendo uma formação orientada para Cristo, ícone da vida em sua plenitude. Quando conseguem fazer isso, mostram-se capazes de promover uma alternativa aos modelos dominantes, muitas vezes inspirados pelo individualismo e pela competição, assumindo assim também um papel profético. Em alguns contextos, elas são o único ambiente em que as crianças e os jovens entram em contato com a Igreja. Quando inspiradas pelo diálogo intercultural e inter-religioso, sua ação educacional também é apreciada por pessoas de outras tradições religiosas como uma forma de promoção humana.

147. A formação sinodal compartilhada para todos os batizados constitui o horizonte dentro do qual se pode compreender e praticar a formação específica requerida para os ministérios individuais e para as diferentes formas de vida. Para que isso aconteça, é necessário que ela seja implementada como uma troca de dons entre as diferentes vocações (comunhão), na perspectiva de um serviço a ser realizado (missão) e em um estilo de envolvimento e educação na corresponsabilidade diferenciada (participação). Essa exigência, que emergiu com força do processo sinodal, não raro requer uma exigente mudança de mentalidade e uma abordagem renovada dos ambientes e processos de formação. Acima de tudo, implica uma disposição interior para se deixar enriquecer pelo encontro com irmãos e irmãs na fé, superando preconceitos e visões partidárias. A dimensão ecumênica da formação só pode incentivar essa mudança de mentalidade.

148. Durante todo o processo sinodal, foi amplamente expresso o pedido de que os caminhos de discernimento e formação para os Candidatos ao Ministério Ordenado fossem configurados em um estilo sinodal. Isso significa que eles devem incluir uma presença significativa de figuras femininas, uma inserção na vida cotidiana das comunidades e a educação para colaborar com todos na Igreja e praticar o discernimento eclesial. Isso implica um investimento corajoso de energia na preparação dos formadores. A Assembleia pede uma revisão da *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* que incorpore os pedidos amadurecidos no Sínodo, traduzindo-os em indicações precisas para uma formação à sinodalidade. Os cursos de formação devem ser capazes de despertar nos candidatos a paixão pela missão *ad gentes*. Não menos necessária é a formação dos Bispos, para que possam assumir melhor sua missão de compor em unidade os dons do Espírito e exercer em estilo sinodal a autoridade que lhes foi conferida. O estilo sinodal de formação implica que a dimensão ecumênica esteja presente em todos os aspectos dos caminhos para o ministério ordenado.

149. Na formação do Povo de Deus para a sinodalidade, também é necessário considerar algumas áreas específicas, para as quais o processo sinodal tem chamado insistentemente a atenção. A primeira diz respeito ao impacto do ambiente digital nos processos de aprendizado, na capacidade de concentração, na percepção de si mesmo e do mundo e na construção de relacionamentos interpessoais. A cultura digital constitui uma dimensão crucial do testemunho da Igreja na cultura contemporânea, bem como um campo missionário emergente. Por isso, é necessário cuidar para que a mensagem cristã esteja presente on-line de maneiras confiáveis que não distorçam seu conteúdo de forma ideológica. Embora o digital tenha um grande potencial para melhorar nossa vida, ele também pode

causar danos e prejuízos, por meio de bullying, desinformação, exploração sexual e vício. É importante que as instituições educacionais da Igreja ajudem crianças e adultos a desenvolver habilidades essenciais para navegar com segurança na web.

150. Outra área de grande importância é a promoção em todos os ambientes da Igreja de uma cultura de *proteção*, para tornar as comunidades lugares cada vez mais seguros para menores e pessoas vulneráveis. Já foi iniciado o trabalho para equipar as estruturas da Igreja com regulamentos e procedimentos legais que permitam a prevenção de abusos e respostas oportunas a comportamentos inadequados. É necessário dar continuidade a esse compromisso, oferecendo treinamento específico e adequado àqueles que trabalham em contato com menores e adultos mais frágeis, para que possam agir com competência e saibam captar os sinais, muitas vezes silenciosos, daqueles que estão passando por um drama e precisam de ajuda. O acolhimento e o apoio às vítimas é uma tarefa delicada e indispensável, que exige grande humanidade e deve ser realizada com a ajuda de pessoas qualificadas. Todos nós devemos nos deixar abalar pelo sofrimento delas e praticar aquela proximidade que, por meio de escolhas concretas, as alivia, as ajuda e prepara um futuro diferente para todos. É imperativo que em todo o mundo a Igreja ative e promova uma cultura de prevenção e *proteção*, tornando as comunidades lugares cada vez mais seguros para crianças e pessoas vulneráveis. Embora tenham sido tomadas medidas para evitar abusos, é necessário fortalecer esse compromisso oferecendo treinamento específico e contínuo para aqueles que trabalham com crianças e adultos vulneráveis. Os processos *de proteção* devem ser constantemente monitorados e avaliados. As vítimas e os sobreviventes devem ser recebidos e apoiados com grande sensibilidade.

151. Os temas da doutrina social da Igreja, o compromisso com a paz e a justiça, o cuidado com a casa comum e o diálogo intercultural e inter-religioso também devem ser mais amplamente divulgados entre o Povo de Deus, para que a ação dos discípulos missionários possa influenciar a construção de um mundo mais justo e fraterno. O compromisso com a defesa da vida e dos direitos da pessoa, com o ordenamento justo da sociedade, com a dignidade do trabalho, com uma economia justa e solidária e com a ecologia integral faz parte da missão evangelizadora que a Igreja é chamada a viver e encarnar na história.

## Conclusão

### Um banquete para todos os povos

*Assim que desembarcaram, viram uma fogueira com peixe e pão. [...] Jesus lhes disse: 'Venham e comam'. E nenhum dos discípulos ousou perguntar-lhe: "Quem é você?", pois sabiam muito bem que ele era o Senhor. Jesus veio, pegou o pão e deu a eles, e também o peixe (João 21: 9.12.13).*

152. A história da pesca milagrosa termina com um banquete. O Ressuscitado pediu aos discípulos que obedecessem à sua palavra, lançassem as redes e as puxassem para a praia; no entanto, é Ele quem prepara a mesa e os convida a comer. Há pães e peixes para todos, como quando Ele os multiplicou para a multidão faminta. Acima de tudo, há a maravilha e o encanto de Sua presença, tão clara e brilhante que nenhuma pergunta é feita. Ao comer com os Seus, depois que eles O abandonaram e O negaram, o Ressuscitado abre novamente o espaço da comunhão e imprime para sempre nos discípulos a marca de uma misericórdia que se abre para o futuro. Por essa razão, as testemunhas da Páscoa se qualificarão assim: "nós que comemos e bebemos com ele depois de sua ressurreição dentre os mortos" (Atos 10:41).

153. Nos banquetes do Ressuscitado, a imagem do profeta Isaías que inspirou os trabalhos da Assembleia Sinodal encontra seu cumprimento: uma mesa superabundante e deliciosa preparada pelo Senhor no alto da montanha, símbolo de convívio e comunhão, destinada a todos os povos (cf. Is 25,6-8). A mesa que o Senhor prepara para os Seus depois da Páscoa é um sinal de que o banquete escatológico já começou. Mesmo que somente no céu ele tenha sua plenitude, a mesa da graça e da misericórdia já está posta para todos e a Igreja tem a missão de levar esse esplêndido anúncio a um mundo em transformação. Enquanto se alimenta na Eucaristia do Corpo e do Sangue do Senhor, ela sabe que não pode se esquecer dos pobres, dos últimos, dos excluídos, daqueles que não conhecem o amor e estão sem esperança, nem daqueles que não acreditam em Deus ou não se reconhecem em nenhuma religião estabelecida. Ele os leva ao Senhor em oração e depois vai ao encontro deles, com a criatividade e a ousadia que o Espírito inspira. Assim, a sinodalidade da Igreja se torna profecia social, inspirando novos caminhos também para a política e a economia, colaborando com todos aqueles que acreditam na fraternidade e na paz em uma troca de dons com o mundo.

154. Ao vivermos o processo sinodal, nos conscientizamos recentemente de que a salvação a ser recebida e proclamada passa pelos relacionamentos. Ela é vivida e testemunhada em conjunto. A história nos parece tragicamente marcada pela guerra, pela rivalidade pelo poder, por mil injustiças e abusos. Sabemos, porém, que o Espírito colocou no coração de cada ser humano o desejo de relacionamentos autênticos e vínculos verdadeiros. A própria criação fala de unidade e compartilhamento, de variedade e entrelaçamento entre diferentes formas de vida. Tudo vem da harmonia e tende para a harmonia, mesmo quando sofre a ferida devastadora do mal. O significado final da sinodalidade é o testemunho que a Igreja é chamada a dar de Deus, Pai e Filho e Espírito Santo, a harmonia do amor que se derrama de si mesma para se doar ao mundo. Caminhando no estilo sinodal, no entrelaçamento de nossas vocações, carismas e ministérios, e indo ao encontro de todos para

levar a alegria do Evangelho, podemos viver a comunhão que salva: com Deus, com

toda a humanidade e toda a criação. Assim, já começaremos a experimentar, por meio do compartilhamento, o banquete da vida que Deus oferece a todos os povos.

155. À Virgem Maria, que tem o esplêndido título de *Odigitria*, Aquela que mostra e guia o caminho, confiamos os resultados deste Sínodo. Que Ela, Mãe da Igreja, que no Cenáculo ajudou a comunidade nascente a se abrir para a novidade de Pentecostes, nos ensine a ser um povo de discípulos missionários que caminham juntos: uma Igreja sinodal.